



ACTA N.º 1/2007

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de 2007, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do GATAT, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;
2. RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO E ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “FÓRUM DE CIDADES AMURALHADAS” (FICAM). INFORMAÇÃO N.º 18/DC/2007 DE 07.01.08;
3. ALTERAÇÃO AO PROJECTO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES – APROVAÇÃO FINAL – LUGAR DO CAMPO QUEIMADO - FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – INFORMAÇÃO DA DOTPU, PARA CONHECIMENTO;
4. PROJECTO DE CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 11/GAPV/2007;
5. CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO CENTRO URBANO DE CHAVES. APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. PROPOSTA N.º 14/GAPV/07;
6. REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DENOMINADA “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES” – ALTERAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS CONSTITUTIVOS: - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL - ALARGAMENTO DO OBJECTO SOCIAL; MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONSTITUTIVO; - ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 48º DA LEI N.º 53-F/2006. PROPOSTA N.º13/GAPV/07;
7. APRECIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO AO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DAS URGÊNCIAS, TENDO EM VISTA A DEFINIÇÃO DE ADEQUADAS FORMAS DE ACÇÃO – A PEDIDO DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA;
8. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES.

A reunião teve início com a chamada dos Deputados Municipais, tendo-se registado a seguinte falta:

Paula Cristina Barros Teixeira Santos

A acta número cinco, referente à sessão anterior foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os deputados.

O Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão pediu a alteração do primeiro parágrafo, na página 40, onde se lê”não tem ponta por onde se lhe pegue”, deve ler-se “ambas são esféricas”.

O Senhor Presidente da Câmara pediu que, na página 12, em resposta à intervenção do Senhor deputado António Manuel Pires de Almeida fosse alterado o termo “execução” por “elaboração”.

Posta à votação foi aprovada por maioria com cinco abstenções, por ausência na última assembleia.

Iniciou-se o “**Período Antes da Ordem do Dia**”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de uma “Proposta” subscrita pelo Grupo Municipal do PSD e de uma “Moção” apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. A primeira foi lida pelo Senhor deputado Nelson Paulo Gonçalves Montalvão que se transcreve:



“PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (I.V.A.) NOS CONCELHOS FRONTEIRIÇOS.

1. ENQUADRAMENTO:

A proposta de lei das Finanças Locais apresentou um novo mecanismo de repartição de receitas de IRS recebidas pelo Estado.

Naquela versão, a qual gerou enorme controvérsia, era atribuída aos Municípios uma participação num total de 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no seu território, calculada sobre a correspondente colecta líquida das deduções constantes no nº 1 do artigo 78º do Código do IRS. Estes 5% contemplavam uma participação fixa de 2%, apurada no penúltimo ano relativamente ao qual a Lei do Orçamento de Estado se refere e outra variável de 3%, a qual vem conferir o surgimento de diferenças entre a taxa efectiva de IRS cobrada de Município para Município, motivo pelo qual se levantam questões quanto à violação do princípio da universalidade do imposto e da igualdade.

Esta margem de 3% deve ser comunicada pelo Município à DGCI, após deliberação da Assembleia Municipal respectiva, até 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que dizem respeito os rendimentos.

Se o Município deliberar uma percentagem inferior aos 3%, o produto da diferença de taxa e a colecta líquida é considerado como dedução à colecta em IRS a favor do contribuinte.

Neste cenário, ficaria sob a responsabilidade dos Municípios facultar aos contribuintes que tenham domicílio fiscal no Concelho respectivo, uma dedução maior ou menor, gerando alguma competitividade entre Municípios, com o intuito de, ao reduzir a carga fiscal sobre os seus munícipes, promover a fixação populacional no seu território.

Com a publicação da Lei das Finanças Locais (Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro), o cenário do conteúdo dos artigos 19º e 20º, sofreu alterações a saber:

***Os aludidos artigos passam a conferir a possibilidade de os municípios determinarem uma dedução fiscal aos seus munícipes em sede de IRS cobrado no Concelho pela participação variável até ao limite de 5%, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial, calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas no nº 1 do art. 78º do Código de IRS.**

***Nas disposições transitórias, vem o art. 59º, determinar que a participação no IRS em 2007 e 2008 é de 5%, ou seja, a lei entra em vigor com a mesma taxa de IRS afecta aos Municípios, mas sem que estes tenham qualquer poder de dedução; a percentagem de IRS cobrado será a mesma em todas as localidades do País, transitoriamente.**

Serve este enquadramento para, perante a faculdade de Municípios promoverem uma redução da carga fiscal aos seus contribuintes, que poderá diferir de Município para Município, condicionando a fixação das suas populações, por um lado, e diminuindo a sua capacidade financeira por



outro, verifica-se que esta medida vem aumentar as assimetrias regionais demográficas e económicas, promovendo a desigualdade nacional.

Face à existência destes pressupostos, resulta que, poderão ser levantadas novas questões relativamente à tributação de outros impostos como o I.V.A., o qual, dependendo da circunscrição territorial onde é cobrado, têm influência directa nas respectivas economias, senão vejamos:

***Os Concelhos de fronteira com o país vizinho – Espanha - têm denotado que, devido à contingência das vantagens fiscais existentes em Espanha, há uma manifesta deslocalização do consumo de Portugal para Espanha, uma vez que, quanto à tributação sobre o consumo, sendo o IVA o imposto de maior relevância, existe naquele País um conjunto de impostos especiais mais lato que em Portugal sendo, no entanto, as taxas mais reduzidas. Por exemplo a taxa máxima de Iva em Espanha é de 16% e em Portugal é de 21%, promovendo desta forma os consumidores em Concelhos de fronteira a aproveitar essa redução, optando pelo consumo no país vizinho, sob prejuízo das empresas domiciliadas em Portugal.**

***Também a taxa mínima em Portugal é de 5% e em Espanha é de 3%, a taxa intermédia é de 7% em Espanha e 12% em Portugal.**

A título de exemplo, no que concerne ao IVA praticado na restauração em Espanha, de 7%, coloca Portugal em desvantagem competitiva ao praticar a uma taxa de 12%, traduzindo uma retracção da procura e conduzindo as receitas para mercados concorrentes a Portugal, comprometendo o sector turístico, emprego e até social.

Portugal continua a perder competitividade dado o regime fiscal ser cada vez mais desfavorável; o aumento do Iva e do IRC produziu efeitos nefastos para as empresas e para o consumidor final e o facto de o IVA ser mais elevado do que em Espanha, só veio agravar, prejudicando a economia portuguesa e principalmente as economias dos Concelhos vizinhos de Espanha.

Algum dia chegará, em que estes Concelhos de fronteira sejam “comprados” pelos espanhóis. Estas cidades, nas quais predominam o comércio e os serviços, viverão situações económicas dramáticas na sequência das fortes quebras nas vendas, acabando por encerrar os seus estabelecimentos.

O apelo “Comprem em Portugal” acaba por ser redundante, considerando que cada agregado familiar não pensa no enriquecimento do país nem tão pouco em salvar o comércio tradicional, mas antes na sua gestão e poupança familiar.

2. PROPOSTA:

2.1. Face ao exposto e no pressuposto de não se estar a violar o princípio da universalidade do imposto nem o princípio da igualdade, a Assembleia Municipal de Chaves em representação do Concelho de Chaves, na qualidade de Concelho fronteiriço com Espanha apela ao Governo e à Assembleia da República Portuguesa que seja analisada, em prol da sustentação das economias dos concelhos fronteiriços, bem como de todo o país, a possibilidade em promover alterações legislativas que legitimem a mudança nos escalões do IVA.



Nesse sentido, os Deputados da Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro de 2007, propõem com o objectivo de tornar os Concelhos fronteiriços mais competitivos e concomitantemente de estancar a saída de capitais para Espanha, que seja produzida legislação no sentido do I.V.A. ser tributado à mesma taxa de Espanha, sempre que o regime Espanhol seja mais favorável que o Português.

2.2. A presente Proposta, caso mereça aprovação por esta digníssima Assembleia, deverá ser remetida aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças.

Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Fevereiro de 2007

O Grupo Municipal do PSD”

A Assembleia aceitou a introdução desta “Proposta” e para sua discussão usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que, com todo o respeito para com a “Proposta” apresentada pelo PSD, mas porque há um tema importante e decisivo para a Região, não lhe parece que a mesma “escolha um tempo adequado” e também não sabe se é, legalmente aplicável. Também não é fácil entender uma Proposta deste género, porque para além dos concelhos fronteiriços, os que se lhe seguem imediatamente também vão querer usar desse benefício, caso seja viável. No seu entender seria mais adequado que o Governo encontrasse formas de compensação para estas regiões.

A verdade é que este Governo decidiu aumentar significativamente a carga fiscal, sem que o tivesse anunciado na sua campanha eleitoral e o ónus dessa situação é da sua responsabilidade. Nesse sentido a CDU vai abster-se na sua votação, por considerar que embora haja razões para que as populações estejam em dificuldades pela decisão fiscal do Governo, mas não lhes parece que esta “Proposta” seja exequível em termos do “todo” nacional, porque desloca a fronteira e passaríamos a ter os concelhos vizinhos, não fronteiriços, a sentir-se prejudicados ao ver as suas populações irem fazer as compras em Chaves.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que a Proposta em discussão é “uma atitude desgarrada”, em relação àquilo que é a política de imposto dos municípios.

Já discutimos aqui o Imposto Municipal sobre Imóveis e outros impostos da Câmara e nessa altura propusemos a sua redução, mas não houve vontade de os reduzir. “Como este imposto é colhido pelo Governo, a Autarquia quer fazer o mesmo que o Governo lhe fez, retirando-lhe receita de impostos. Concordamos com a lógica explicitada pelo Senhor deputado da CDU, em que esta situação geraria uma onda de mau estar nos Concelhos confinantes. O Imposto sobre o Valor Acrescentado é de certa forma desterritorializado, na medida em que se insere em medidas europeias de tributação. Se nos fosse concedido esse benefício não podíamos dizer que fosse mau porque nos permitia a todos os que aqui vivemos poupar dinheiro, mas essa é a postura do egoísta que pensa no seu interesse e não na igualdade nacional. O nosso partido não alinha nestas posturas; queremos ser portugueses tratados de forma idêntica com os demais cidadãos nacionais e se não queremos que nos prejudiquem, também não queremos benesses que não sejam justas, no âmbito da cidadania e da pátria. Vamos votar contra esta Proposta”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – usou novamente da palavra para dizer que a “Proposta” apresentada pela sua bancada, não exige



rigorosamente nada e leu novamente a parte final do texto:” **Face ao exposto e no pressuposto de não se estar a violar o princípio da universalidade do imposto nem o princípio da igualdade, a Assembleia Municipal de Chaves em representação do Concelho de Chaves, na qualidade de Concelho fronteiriço com Espanha apela ao Governo e à Assembleia da República Portuguesa que seja analisada, em prol da sustentação das economias dos concelhos fronteiriços, bem como de todo o país, a possibilidade em promover alterações legislativas que legitimem a mudança nos escalões do IVA.**

Nesse sentido, os Deputados da Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro de 2007, propõem com o objectivo de tornar os Concelhos fronteiriços mais competitivos e concomitantemente de estancar a saída de capitais para Espanha, que seja produzida legislação no sentido do I.V.A. ser tributado à mesma taxa de Espanha, sempre que o regime Espanhol seja mais favorável que o Português”.

Disse ainda que o “timing” das propostas apresentadas pelo PSD é o seu Grupo Municipal que o escolhe e não a CDU, com todo o respeito que a sua bancada lhe merece.

Quanto às considerações feitas pelo Senhor deputado Francisco Chaves de Melo, no seu entender, “desgarrada” foi a sua intervenção, porque não esteve com atenção ao que foi dito.

Posta à votação esta Proposta foi aprovada com 53 votos a favor, 3 abstenções e 23 votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU – disse que lhe parece indispensável reflectir sobre os últimos acontecimentos, em termos de políticas sociais do Governo, na área da saúde, mas não só.

A ofensiva a que estamos a assistir sobre as funções sociais do Estado, atinge todos os portugueses e em especial as regiões do interior. Só não vê quem é cego e não é só na área da saúde mas também na Justiça, Segurança Social e Ensino; temos deixado que o Governo isole as questões para poder tomar as decisões que pretende. A CDU, na área onde está mais à vontade – Saúde – chamou, consecutivamente, a atenção para a aceitação da anexação do HDC, que terá um efeito dominó - o encerramento da Maternidade, a desqualificação do Serviço de Urgência e a consequente despromoção do Hospital.

No debate televisivo, o que foi dito pela Comissão Técnica e pelo Senhor Ministro da Saúde, foi que Chaves não tem dimensão para ter um Hospital de “Agudos”. Isto significa que Chaves vai encerrar o Serviço de Urgência Médico-cirúrgica e vai desactivar progressivamente os seus internamentos de medicina interna, de cirurgia, de ortopedia e outros.

A NUT III que liga Chaves – Mirandela – Bragança, em termos de Segurança Social, é um autentico disparate, não sei se da União Europeia, se do Governo, se da CCDRN e esta Assembleia vai ter de se pronunciar se aceita, ou não, que haja uma NUT III que nos liga a Mirandela e a Bragança, quando nos fizeram uma auto estrada para Vila Real e não existem quaisquer perspectivas de melhoria das acessibilidades a Bragança.

A negociação e a discussão sobre a Saúde não estão encerradas. Vai haver uma reunião com o Senhor Ministro da Saúde, que ofendeu as populações de Trás-os-Montes, ofendeu as populações e os Autarcas do Alto Tâmega, em particular as de Chaves. Como Autarca ofendido, exijo publicamente desculpas e rectificação das



declarações do Senhor Ministro, que não é inimputável e por essa razão não se pode descontrolar, manipular, insultar e ofender através dos canais de televisão.

Como em Setembro, onde a CDU ficou só, continuamos a dizer que temos e vamos ter, no futuro, de nos continuar a bater por uma Unidade Local de Saúde em Chaves, com o Hospital com Urgência Médico-cirúrgica e internamento Médico-cirúrgico de Agudos. Todos os projectos para o desenvolvimento da Região, com mais ou menos Pólos Turísticos, com mais ou menos zonas industriais, não são viáveis com a desactivação do Hospital. São as questões quentes que estão em cima da mesa e é sobre elas que todos temos de reflectir.

BRIGITE RAQUEL BAZENGA VIEIRA TOMÁS GONÇALVES do PS – usou da palavra para ler uma comunicação da **Senhora Deputada Paula Cristina Barros Teixeira dos Santos**, que não pode estar presente nesta Assembleia.

“Temos, neste momento, no centro do debate político, em Chaves, o processo de Requalificação da Rede de Urgências proposto por uma equipa técnica, como bem sabemos.

Sentimos que a proposta no que diz respeito a Chaves e que influencia toda a região do Alto Tâmega, não está devidamente explicada nem vem de encontro àquilo que consideramos fundamental para a garantia de um serviço de qualidade e eficiente às populações.

Também sei, e todos sabemos, que o Serviço Nacional de Saúde, tal como se encontra, não responde a muitas das necessidades das populações. Urge, portanto, reformulá-lo; no entanto, este louvável processo de reforma nunca, em circunstância alguma, poderá penalizar as populações, nem são esses os objectivos pelo que bem entendemos da leitura atenta do Relatório; bem pelo contrário! O objectivo máximo assenta na melhoria da prestação de cuidados de saúde.

Por vezes, o desconhecimento de realidades específicas leva a que os estudos técnicos enfermem de falta de sensibilidade e sustentabilidade numa ou noutra situação. Pois bem, é a realidade concreta da nossa região que me parece de extrema importância que seja realçada a quem detém o poder de decidir, politicamente, sobre, neste caso, a Requalificação da Rede de Urgências.

Esta é uma causa que nos uniu e em relação à qual o esforço de todos é importante. Como tal, hoje mesmo e de acordo com decisão do Grupo Municipal do Partido Socialista estarei em reunião com o Senhor Ministro da Saúde procurando apresentar os argumentos relativos à realidade que caracteriza o nosso concelho de Chaves e a região do Alto Tâmega, a fim de dar da melhor maneira o meu contributo para o alcance do objectivo que nos é comum: a manutenção das características de serviço médico-cirúrgico na urgência do Hospital de Chaves”.

JOSÉ PIMENTAL SARMENTO do PSD – disse nunca pensar que passados dois anos de um Governo de maioria socialista, fosse tão contestado pela “esquerda”, pelas centrais sindicais e por outras organizações de trabalhadores.

O anterior governo, de centro direita, foi vencido nas urnas pelos socialistas que, na campanha eleitoral, prometeram uma coisa e fizeram precisamente o contrário.

O PS sempre criticou o anterior Governo pelas nomeações que fez em Órgãos de soberania ou em Instituições financeiras, e com a comunicação social tudo fizeram para o derrubar. Hoje os portugueses que não são socialistas estão desiludidos; o país nunca mais dá sinais de melhoria, a política financeira é colocada em causa constantemente e a nossa qualidade de vida não melhora; temos 780 mil pessoas com vínculo precário, muitas das quais licenciadas e segundo as estatísticas os desempregados ultrapassam os 480 mil, isto sem ter em conta os que diariamente emigram; temos dezenas de falências e algumas multinacionais a deixarem o País,



apesar da propaganda do Senhor Ministro da Economia; a nossa agricultura está na cauda da Europa.

A reforma da Justiça está a ser um fracasso, segundo os advogados da nossa terra. Que importa que os juízes tenham menos tempo de férias se os Tribunais não têm funcionários para fazer avançar os processos? Façam a estatística dos julgamentos feitos nas férias do Verão.

O PS e o seu Governo também querem despromover o nosso Tribunal, aliás sempre que são Governo hão-de levar-nos alguma coisa. No tempo do Governo de Senhor Engenheiro Guterres foi a Polícia Judiciária, agora é o Tribunal que está em causa.

O Senhor Primeiro - Ministro fala muito que o País tem um rumo – o único que lhe conheço ó declínio cada vez maior do interior, cuja situação é dramática para os nossos jovens, por falta de investimentos do Governo, que ajudem a fixar as pessoas. O PS já não fala em acabar com as assimetrias, mas fala na OTA e no TGV e a última novidade é a intenção do Governo em investir cinco mil milhões de euros, nos próximos cinco anos, na costa litoral portuguesa e não tem 800 mil euros para construir em Chaves os acessos à Plataforma Logística, que vai criar postos de trabalho na região.

Nas visitas feitas por membros do actual Governo a Chaves foram inauguradas a Auto - Estrada e a Plataforma Logística, mas nenhuma destas infraestruturas é da sua responsabilidade.

Na Educação foi este o Governo, no poder há apenas dois anos, que mais edifícios escolares fechou e, depois do “25 de Abril”, é o mais contestado pelos docentes, em todas as áreas.

Os nossos idosos estão a ser muito discriminados. Prometeram-lhe que baixavam os medicamentos e fizeram exactamente o contrário, apesar das suas engenharias, deixaram-nos mais caros e muitos deles deixaram mesmo de ser comparticipados; os genéricos estão a falhar; aumentaram as taxas moderadoras, os internamentos e outras.

Os pensionistas estão desiludidos com as suas pensões que são de miséria. Propagandearam que os idosos com mais de 80 anos iam receber mais 300 euros, mas logo a seguir rectificaram dizendo que era só para aqueles cujos filhos não tivessem possibilidades de os ajudar e, para isso, exigiram a declaração dos rendimentos dos filhos. Muito poucos vieram a beneficiar deste aumento, apesar de terem baixado a faixa etária para os 70 anos. A isto eu chamo rendimento enganoso.

Dado o rigor das contas públicas eu até entendo que o Governo não possa dar mais, o que não entendo é que no passado dia 15 de Fevereiro em curso, o correio da manha, publique uma notícia em que um director da CP seja despedido e indemnizado com 220 mil euros e depois seja outra vez admitido noutra empresa do mesmo grupo, cujo presidente é o mesmo, a ganhar cinco mil euros por mês.

O Governo PS prometeu descer os impostos, e em vez disso aumentou-os; aumentou os produtos petrolíferos como seja as gasolinas, o gasóleo para aquecimento, o gasóleo agrícola, o que difere dos outros países da Europa, que sempre acompanharam as subidas e descidas de acordo com o mercado.

Pergunto ao Governo quantos funcionários vai despedir da Função Pública, dezenas de milhares, centenas de milhares? Dizem que os Portugueses estão a viver melhor e do que há dois anos. No meu entender estão hoje mais endividados e mais descapitalizados; os 150 mil postos de trabalho que prometeram criar entraram em greve e cada dia há mais insegurança; os apartamentos estão a ser entregues aos milhares aos bancos por não haver estabilidade económica. A sociedade portuguesa não tem razões para acreditar num futuro melhor.

As sondagens valem o que valem, mas já vi grandes maiorias cujas sondagens eram positivas e a seguir perderam as eleições.



Depois dos últimos acontecimentos não quero, nem devo calar o meu descontentamento pela maneira como temos sido tratados pelos governos sucessivos e pelos políticos dos Sul do Distrito, sejam eles de que partidos forem. Ficou bem patente que somos diferentes dos Alto Durienses e daqueles que optaram por se enquadrarem nos seus interesses, aquando da tentativa de criação das Comunidades Urbanas.

Esta minha proposta não é nova, mas entendo que chegou a altura de dizermos basta e seguirmos o nosso caminho, reivindicando para o Alto Tâmega um novo Distrito e, se mais razões não houvesse, bastaria recordar o processo da criação das Comunidades Urbanas, a UTAD, que mais não é que a Universidade de Vila Real, a Direcção de Estradas que investiu milhões no sul do Distrito, deixando as estradas do norte cheias de buracos, e agora, o Centro Hospitalar.

A nossa região serve apenas para dar força ao Concelho de Vila Real, mas não serve para ter benefícios. Os Senhores de Vila Real estão constantemente a hostilizar as nossas reivindicações, nomeadamente a integração da Escola Superior de Saúde no ensino público, além de outras situações de falta de solidariedade e estamos a ser altamente penalizados com os fundos comunitários.

Temos razões e argumentos suficientes para criar o Distrito do Alto Tâmega e para isso temos de estar unidos. Deixo aqui o desafio de se constituir uma Comissão para estudar e dar início ao processo, que embora seja longo, estamos certos que iremos vencer, nem que seja através de outra regionalização.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que na opinião da sua bancada esta Assembleia Municipal tem sido colocada à margem do processo de luta pelas Urgências Médico-cirúrgicas.

Disse que este Órgão, embora possa ser representado pelo Senhor Presidente da Mesa, tinha uma Comissão eleita para tratar dos assuntos do Hospital que, no seu entender, foi substituída por outra eleita pela sociedade civil; hoje foram convidados os Senhores Presidentes das Juntas para a reunião do próximo dia 5 de Março, e perguntou se os deputados também podem participar. Esta Assembleia Municipal foi eleita para representar os flavienses e deve ser respeitado o mandato popular; devemos ter a centralidade que um Órgão, com a dignidade e dimensão deste, deve ter e, como socialistas e como flavienses, não queremos sentir-nos colocados de lado em qualquer processo.

Também entendemos que há, da parte de muita gente, uma tónica bastante acentuada, na problemática da saúde, quando temos no Concelho muitos outros problemas, mas também temos muitas outras vantagens. Nesse sentido devemos reconhecer as sete intervenções que estão a ser feitas no Concelho pelo Governo, a começar pela saúde. Estão previstos, para este ano, investimentos no Hospital Distrital de Chaves, no valor de 6.364.000,00€, para modernização do chamado “Paper Free Hospital” (Hospital sem papéis), remodelações do Bloco Ambulatório, substituição de caixilharias, criação de Serviços de Medicina Ocupacional e Segurança no Trabalho, substituição de camas, cadeiras de rodas etc. Nestes investimentos não estão incluídos os vencimentos; está a decorrer a obra de remodelação do Centro de Saúde; está prevista uma remodelação do estabelecimento prisional, para melhoria das condições dos reclusos; no sector do abastecimento de água, pelas “Águas de Portugal”, estão previstos investimentos no nosso Concelho, para este ano, no valor de 1.437.486,00€; no sector das águas residuais, estão previstos investimentos no valor de 2.041.849,00€, o que perfaz o total de investimento no nosso Concelho, para 2007, de 3.479.335,00€; na A24 o Estado não teve qualquer gasto, nem nós em portagens - será o dinheiro dos



contribuintes a pagar - mas quem a adjudicou e a inaugurou foi o Governo Socialista, embora no meio houvesse outro Governo a intervir.

Em relação ao Polis, vem no Programa de Desenvolvimento da Administração Central um investimento, para o corrente ano, no valor de um milhão e duzentos mil euros.

PIN de Vidago - não sabemos qual vai ser a comparticipação nacional, mas o Senhor Presidente da Câmara saberá, certamente.

No Sector da Agricultura a Autarquia investiu na aquisição da Cooperativa da Batata e “os amortizados” na Cooperativa do Vinhos. Nunca ninguém investiu tanto neste sector, no Concelho, como esta Câmara, embora às vezes os investimentos não sejam totalmente reprodutivos; o Programa AGRIS tem previsto, para este ano, um investimento de 10.896.869,18€, sendo 4.405.000,00€ para os pequenos agricultores e 4.693.000,00€ para a barragem; o Programa AGROS tem previsto investimentos de 11.272.173,49€, o que traduz um total de investimento, só na Agricultura, de 22.169.000,42€ e se a este valor juntarmos o que a Autarquia gastou, talvez seja um investimento recorde no Concelho, no sector agrícola.

No que respeita à Rede Social, entre o Lar de Idosos, Estabelecimentos de Ensino pré-escolar, Centros de Dia, Creches, Tempos Livres, Lares para Jovens, Centro de Apoio a Toxicodependentes, Unidades de Apoio a pessoas com acções electivas, Deficientes, etc., foram criados no Concelho 1.466 lugares, estão já acordados mais 1.372 e ainda há a possibilidade de subir aos 1400, porque há contratos a decorrer.

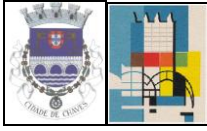
Em relação a investimentos para Centros de Noite, estão previstos, este ano, um em Vilarelho da Raia com 134 mil euros, outro em Casas dos Montes no mesmo montante e em Sanjurge, para um Centro de Dia e serviço de apoio domiciliário, estão previstos 200.400,00€.

Tudo isto importa em 40 milhões de euros em investimento público nacional no nosso Concelho e não sei se os Concelhos de Boticas e Valpaços poderão dizer o mesmo.

“Queremos o Hospital com as Urgências abertas, fomos os primeiros a alertar para isso e, inclusivamente, tomámos a posição mais dura que há para um militante que gosta do seu Partido, como eu gosto, e que é demitir-me de todos os cargos do Partido, posição que nunca tomei, até hoje, e já sou militante há muitos anos, porque achei que seria o maior ataque que poderiam fazer ao nosso Concelho e seria necessário tomar medidas drásticas. A nós ninguém nos dá lições de luta, o que não aceitamos é ficar de fora dessa luta. Podemos dizer que o Governo não olha muito para nós, mas com os 40 milhões de euros que eu elenquei, também não se pode dizer que não olha nada”.

JOSÈ PIMENTEL SARMENTO do PSD – usou novamente da palavra para dizer que, relativamente à auto-estrada, na campanha eleitoral para as autárquicas de 1997, em que era Primeiro Ministro o Senhor Engenheiro Guterres, o Partido Socialista enganou a população flaviense. Vieram à Câmara de Chaves dizer que uma das suas prioridades era o arranque da A24 e do IP3 e quando chegaram à conclusão que não tinham projecto, nem estudo do impacto ambiental, nem expropriações, optaram por iniciar o troço Vila Real / Régua porque o Senhor Professor Cavaco Silva, quando foi Governo deixou o respectivo projecto e o estudo do impacto ambiental devidamente aprovado. A quem devemos o arranque da auto-estrada para Chaves é ao Senhor Dr. Durão Barroso, que puxou a si o processo e deu início às obras. Quando o PS voltou a ser Governo, as obras já estavam adiantadas – para mais de meio.

Deixou um recado os Senhores deputados da bancada socialista, que têm bom relacionamento com as pessoas que estão à frente das Águas de Portugal, para que reponham o piso sempre que abrem rasgos nas nossas estradas. Tínhamos umas boas estradas e agora estão num caos.



O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** lembrou que está a decorrer o “Período Antes da Ordem do Dia” e o tempo gasto até agora é atribuído a cada um dos partidos.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou novamente da palavra para responder ao Senhor deputado José Pimentel Sarmento que quem adjudicou a auto-estrada, conforme publicação em Diário da República, foi o Engenheiro António Guterres e quem, de facto a inaugurou, foi o Senhor Engenheiro José Sócrates. Quanto à questão das ruas devemos ter em conta que não são só as Águas de Portugal a estragar, mas também a empresa do gás e a TELECOM; todos os que abrem buracos devem repor os pavimentos e a Câmara – ao autorizar - que não seja “mole” com eles e enquanto não taparem um não lhe deve autorizar a abrir outro.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – depois de cumprimentar os presentes disse que se está a discutir o que é acessório e não o essencial e, no seu entender, é “vergonhoso” estar a discutir quem lançou ou não a auto estrada, depois de chegar a Chaves tão tarde.

No nosso entender a questão da saúde é, neste momento, tão importante para Chaves que, provavelmente, a Mesa deveria ter convocado uma Assembleia extraordinária.

Relativamente aos artigos que tenho escrito nalguns jornais, desafio o Senhor deputado Carlos Guerra e os demais deputados deste Órgão que venham aqui dizer se alguma vez escrevi alguma mentira. Poderão ser tendenciosas, o que é natural, dado que faço parte do Grupo Municipal da CDU. Em democracia somos livres de dar a nossa opinião e continuarei a fazê-lo.

Ao Senhor deputado Valdemar Carneiro do CDS/PP gostaria de lhe dizer que tive oportunidade de ler o artigo que publicou e considero-o lamentável. Penso que insulta toda a gente, e até a si próprio.

HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – disse que antes do “25 de Abril”, quando um jovem completava 18 anos de idade, devia dirigir-se ao DRM ou à Câmara Municipal, a fim de proceder ao seu Recenseamento Militar, através de impresso próprio que, posteriormente, era enviado à Repartição de Recrutamento Geral das Forças Armadas e quando o mancebo completava 20 anos era chamado à Inspeção, onde seria classificado de apto ou não, para cumprir o Serviço Militar nos três ramos das Forças Armadas. A todos os militares era distribuída uma farda, segundo a sua categoria, que usavam até passar à situação de disponibilidade.

Pela dignidade da Nação e honra das Forças Armadas, os Militares tinham o dever de andar sempre fardados com asseio e se assim não fosse eram penalizados, segundo o Regulamento da Disciplina Militar.

Ultimamente a sociedade civil deixou de ver os militares como defensores da Pátria, passando a olhá-los como desnecessários no contexto nacional ou a vê-los apenas nas Missões de Paz.

O que mais magoa a quem, com tanto orgulho vestiu a Farda Militar é ver um Governo, “dito de Esquerda”, nascida com o “25 de Abril”, com a ajuda dos militares, a punir esses mesmos militares, só porque não aceitam a perda dos direitos adquiridos e vêm para a praça pública usando a farda que pagaram com o seu dinheiro, num passeio de descontentamento.

Seria bem melhor que o Governo cumprisse o que prometeu na sua campanha eleitoral – não aumentar os impostos, criar 150 mil postos de trabalho e respeitar o direito à indignação de quem se sente ofendido.



JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS – depois dos cumprimentos a todos referiu que a intervenção que iria fazer seria de carácter meramente político e não de molestação pessoal de qualquer um dos presentes na sala.

O Grupo Municipal do Partido Socialista, preocupado com as implicações negativas para a imagem do Programa Polis de Chaves, que advêm da polémica demissão e remuneração indevida do ex-administrador Executivo da Sociedade Chaves Polis, S.A, solicita ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça:

1. Porque motivo na nomeação do Vogal do Conselho de Administração para aquela Sociedade houve sempre, por parte do executivo municipal, duas verdades. Uma na reunião de Câmara de 21 de Dezembro de 2006, na qual apresentou aos Vereadores a proposta de prestação de suprimento a favor da Chaves Polis, S.A, no valor de 190 mil euros, com o argumento de que esse montante financeiro era destinado a (...) desenvolvimento de negócios sociais, (...) da dita Sociedade. Outra na Assembleia - Geral da mesma Sociedade, ocorrida no dia 29 de Dezembro de 2006, onde em representação do Município de Chaves, o Senhor Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração: "O Município de Chaves propôs e votou favoravelmente a proposta de prestação suplementar de capital, dado que foi por sua iniciativa que o Vogal do Conselho de Administração, foi designado pelo Conselho de Administração como Administrador Executivo".

2. Se a responsabilidade pela nomeação do aludido Vogal do Conselho de Administração, bem como da sua remuneração, foi efectivamente partilhada pela Câmara e pelo Estado, como o executivo sempre tem defendido, por que motivo a Câmara Municipal de Chaves, assumiu unilateralmente o ónus de devolver, na totalidade, a quantia irregularmente auferida pelo referido Administrador Executivo?

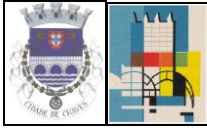
3. Se a Chaves Polis é uma Sociedade entre o Estado e a Autarquia, se o Estado detém 60% do capital social da dita sociedade e se a responsabilidade da nomeação e remuneração do Administrador Executivo, foi efectivamente partilhada, porque motivo a Autarquia não "obrigou" o Estado a assumir, como devia, a sua quota parte de responsabilidade, ou seja, o pagamento de 60% dos 190 mil euros?

4. Como justifica o executivo municipal a declaração, que na íntegra se transcreve, do accionista Estado em relação a esta matéria no ponto da ordem de trabalhos relacionada com a ratificação da deliberação do Conselho de Administração, datada de 22 de Abril de 2003, que refere textualmente: "A abstenção do Estado nesta matéria tem em conta o facto do Administrador Executivo ter já renunciado ao cargo e dos custos incorridos pela Sociedade com a sua remuneração se mostrarem compensados pela prestação suplementar de capital no valor de 190 mil euros a realizar pelo Município de Chaves, objecto de deliberação no ponto anterior".

5. Será que com esta solução de assunção unilateral do pagamento integral da quantia supra mencionada e da aceitação sem oposição da deliberação de abstenção do accionista Estado, nesta matéria, o executivo municipal acautelou devidamente os interesses do Município e dos flavienses?

VALDEMAR DA SILVA CARNEIRO do CDS/PP – disse que trazia uma intervenção parecida com as que já foram aqui feitas e que há uma canção do "pós" «25 de Abril» que diz "eles comem tudo e não deixam nada". Os dois grandes partidos, até hoje é: «eles dizem tudo e não fazem nada».

O Senhor Deputado Rui Oliveira trabalha no Hospital. Eu também fui Engenheiro durante algum tempo, depois fui cozinheiro, depois fui mecânico, depois agricultor, hoje faço pizzas e amanhã não sei o que farei. Hoje estou nesta Assembleia a ouvir e nada se faz – há 34 anos que nada se faz. Então o Senhor algum dia pensou manifestar-se contra as listas de espera? Não. Contra a aceleração das consultas?



Não. Tirou o protagonismo a alguns médicos? Não. Porquê? É o seu emprego não é? É tudo”.

ANTÓNIO MANUEL CARVALHO SOARES DA MOTA do PSD – referiu que é com muito gosto que depois de alguns anos volta a estar neste Fórum.

Em seguida deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara pela frase que empregou no dia da manifestação sobre as Urgências no nosso Hospital, em resposta às declarações do Senhor Ministro da Saúde quando disse: “não é a minha vida que está em causa é a de milhares de cidadãos do Alto Tâmega”.

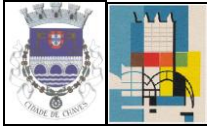
Também lhe dou os parabéns pela sua postura no programa televisivo “Prós e Contras”, onde o vi tenso mas sereno, vi-o objectivo e informado. Vi-o com visão regional e nem sempre se tem visão regional.

A seguir à manifestação, que decorreu com cidadania, e teve um efeito antigripal no Senhor Ministro da Saúde, tal como o presunto de Chaves que está em votação para poder ser uma das sete maravilhas de Portugal, fui lendo os artigos publicados na comunicação social, vi os directos das três televisões abrindo com Chaves e o Alto Tâmega e fiz uma análise à imprensa. Dos muitos artigos que li sobre a manifestação, deparei com frases deste género: “Uma vergonha de manifestação, não foi mais do que um comício. Só falou o chefe. Movia-lhes algum advogado de defesa daqueles surdos e mudos lá de Lisboa, a rirem-se e a troçar dos pacóvios. São que nem seixos. Pobres diabos que nem votar sabem. E falando de partidos então nem é bom falar. Onde estavam os Senhores deputados eleitos pelo Circulo de Vila Real?”. Fiquei triste quando vi isto.

Fiquei satisfeito quando ouvi hoje aqui, a razão da ausência, da Senhora deputada Paula Barros que, certamente, estará a fazer o que lhe compete, que é zelar pelos interesses do Distrito de Vila Real e conseqüentemente do Alto Tâmega e, naturalmente estará, nesta altura, a confirmar ao Senhor Ministro da Saúde, que os seis autarcas do Alto Tâmega não são todos do PSD, que nem toda a gente do Alto Tâmega é burra e não sabe usar a Internet; que o Hospital de Chaves foi integrado no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro e não do Nordeste Transmontano; que o âmbito de cobertura do HDC é de 80 a 100 mil pessoas e não apenas aos 40 mil habitantes de Chaves. Também lhe dirá que os Senhores que estão no Governo da Nação devem ter sentido de Estado, porque quando somos governo, seja do que for, devemos ter sentido de Estado e visão global.

Ainda bem que há todos esses investimentos na Saúde no Alto Tâmega, porque isso só prova, dá força e legitima a luta que todos nós, há uma semana atrás empreendemos, numa verdadeira manifestação de cidadania, agarrando uma bandeira que muitas das vezes não é tão fácil de agarrar.

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE VIDAGO, Senhor Eduardo Júlio Alves Brás – disse que já nesta Assembleia Municipal se referiu à Vila de Vidago como uma oportunidade perdida, uma terra desiludida, sem esperança e que esses títulos continuam actuais. O abandono a que foi votada aquela que, em tempos, foi considerada a sala de visitas do Concelho de Chaves, tomou grandes proporções. A resposta que não chega, nomeadamente: A Circular Norte, agora Avenida 20 de Julho, herdada por este executivo em princípios de 2002, continua por concluir; a requalificação do troço da E. N.2, que atravessa a Vila nunca mais arranca; as obras da Avenida Faria de Morais, lançadas em 2003 e iniciadas em Junho de 2004, nunca mais são concluídas; O Museu da Região de Vidago, inaugurado em 2000, foi recentemente fechado; O Gabinete de Apoio ao Cidadão, criado em 2000, foi também encerrado; O Gabinete Técnico Local – uma boa iniciativa desta Câmara – não está a dar prioridade aos projectos mais urgentes e necessários para dar resposta ao



investimento em curso da VMPS; o Gabinete de Atendimento Municipal, em bom tempo criado, quase desapareceu. O seu progressivo desenvolvimento foi uma ideia do passado; os jardins e a limpeza nunca estiveram por níveis tão baixos; parte da Quinta da Freixeda, adquirida pelo único executivo camarário que não discriminou Vidago, foi entregue à ADRAT, por um período de 25 anos, que está a recuperar o seu património, apesar de não ter sido para essa finalidade que aquele espaço foi comprado; o projecto da Piscina Municipal de Vidago continua na gaveta desde 1999, bem como o Complexo Desportivo e o Centro de Estágios; o Parque Infantil do Bairro Social de Vidago continua aberto às crianças ilegalmente. Em caso de acidente que vai assumir a responsabilidade? até o Vidago Futebol Clube e outras Instituições da Vila têm sido discriminadas. O piso sintético foi prometido mas não colocado; as nossas poucas Instituições públicas estão sob ameaça de um Governo que, também se esqueceu deste nosso pobre interior. A Autarquia de Chaves, além das Urgências, já se preocupou com a Segurança dos cidadãos? O nosso Posto da GNR está sob ameaça e há que tomar medidas urgentes. A decisão está para breve e depois pode ser tarde; para quando o Centro Escolar do 1º. Ciclo e a construção de Polidesportivo para este nível de ensino; de protocolos com a Câmara Municipal nem vale a pena falar. Desde 2003 que nos limitamos a receber algumas verbas para pagamento de dívidas contraídas nesse ano, com a devida autorização da Câmara e desde essa altura não houve obras novas.

Terminou dizendo que se este estado de coisas se mantiver, dentro dos próximos três meses, o executivo da Junta de Freguesia ponderará, seriamente, se vale a pena ou não continuar. Não se deve justificar tudo com a crise.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**, depois de cumprimentar os presentes, agradeceu a todos os cidadãos que participaram na jornada de cidadania, em defesa da justiça e dos direitos dos cidadãos de Chaves e do Alto Tâmega.

A melhor resposta a muitas das questões levantadas nesta sessão e de alguma forma sugeridas, foi dada pelo povo, exactamente da forma que a deu e, assim, as respostas dos políticos, por muito boas que sejam, ficam em segundo plano.

Em seguida respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos senhores deputados neste período “Antes da Ordem do Dia”.

- O Senhor deputado **Nelson Montalvão** apresentou uma Proposta relacionada com a tributação do IVA nos Concelhos fronteiriços, que foi aprovada, mas fiquei surpreendido com a forma como o assunto foi analisado, quer pelo PS, quer pela CDU.

O Governo, pela Lei das Finanças Locais coloca, discricionariamente, a hipótese de os Municípios poderem ou não receber 5% do IRS. Já assumi na Assembleia realizada a 29 de Novembro de 2006, uma posição que mantenho. Segundo os dados actuais, no Município de Chaves, esse valor é de 955 mil euros que vai ser cobrado.

Neste momento as Câmaras têm competências na área da Educação, mas na área Social e na Saúde não. Têm o dever, como foi o nosso caso, de defender os direitos dos cidadãos e a justiça, mas não têm competências em termos de traçar objectivos, de planificação e de decisão.

Para as funções Sociais do Estado – Fundo Social Municipal - foi-nos atribuído o valor de 667 mil euros, para Educação, Acção Social e Saúde, que não chega sequer, para pagar as despesas com os transportes escolares, razão porque a Autarquia vai cobrar o montante que lhe cabe do IRS, para o aplicar na Educação, na Acção Social e na Saúde, caso estas duas últimas nos venham a ser atribuídas. Como já anteriormente disse o IRS é um imposto justo, que só é pago por quem pode pagar e se para as autarquias é variável porque é que para o Estado não o é?



E se esta questão existe com o IRS não há qualquer razão para não existir com o IVA.

Não será nada demais que a Assembleia da República, procure encontrar uma forma de beneficiar os Concelhos junto à fronteira, onde a fuga de capitais é possível e onde as pessoas podem fazer os seus negócios com a taxa do IVA inferior. Não se entende é como os Senhores deputados transformaram uma sugestão numa questão, pondo em causa que possa vir a haver uma discriminação positiva relativamente aos Municípios de Fronteira.

O Senhor deputado Francisco Melo na sua intervenção disse: “a Autarquia não baixa os impostos e quer que o Estado baixe os seus”. Não é verdade. Em 2005 baixamos o IMI de 0,5% para 0,35%. Era bom que o Estado baixasse os impostos na mesma proporção. Mas aconteceu precisamente o contrário – a Autarquia baixou-os e o Estado subiu-os. Esclareço ainda o Senhor deputado que a cobrança da água não resulta de um imposto mas sim de uma tarifa e por vezes os termos em que se exprime só servem para confundir e não para esclarecer.

A água poderá vir a baixar, mas tudo depende da evolução em termos de futuro. O Governo publicou em 12 e 14 de Fevereiro legislação que obriga todos os cidadãos a pagar os custos da água e dos resíduos sólidos. Se depois de analisados os custos der para baixar as tarifas assim será feito, mas se der o contrário, subirão. São leis do Governo contra as quais nada temos a dizer, até porque comunitariamente é assim, mas que vão determinar os custos e não é a Autarquia que irá ter interferência no custo da água, mas sim os cálculos resultantes dessa imposição legal. Até pode acontecer que daqui a um ano nem sequer a Câmara tenha nada que ver com a água ou com os resíduos sólidos. Tudo está em negociação, excepto a lei, que tem de se cumprir.

Voltando à questão em análise, seria uma medida justa, que os Municípios de Fronteira tivessem a possibilidade de ter um IVA semelhante ao dos seus vizinhos da Galiza, para podermos ser mais competitivos.

- O Senhor deputado **Manuel Justino Matos Cunha** referiu-se à política social do Governo que não comento, mas esclareço-o que as NUTS III não foram criadas agora - têm dezenas de anos. A NUT III que até aqui era uma entidade meramente estatística, a partir de uma legislação que se supõe seja publicada nos próximos dias, passa a entidade administrativa. Este Governo entendeu que a melhor forma de associar os Municípios era pegar nessas unidades estatísticas e dar-lhe corpo administrativo. As outras Associações de Municípios continuam a existir, mas em vez de terem fins gerais, passam a ter fins específicos. A Associação de Municípios do Alto Tâmega já é uma Associação de fins específicos.

Sobre a questão que referiu, da polémica entre o Senhor Ministro da Saúde e o Município de Chaves, tive oportunidade de responder e fi-lo. O Senhor Ministro precipitou-se ao culpabilizar os autarcas, quando não foram eles que elaboraram a proposta técnica, nem são responsáveis pela política de saúde. Não gostei de três termos que o Senhor Ministro usou – **honestidade** – quando, de certa forma, tenta dizer que ele é que é honesto, respondi-lhe que ele não é mais honesto que os autarcas do Alto Tâmega; - **Mentiras** – as únicas que existem são as que constam no relatório; - **Manipulação** – o Senhor Ministro ao chamar manipuladores, não só ofende os autarcas, como passa um atestado de ignorância ao povo. O Senhor Ministro disse que a vida do Autarca de Chaves estava mais dificultada. Eu apenas lhe respondi que a minha vida não é a que está mais dificultada mas sim a vida dos cidadãos do Concelho e do Alto Tâmega.

- A Senhora deputada **Brigite Raquel** leu uma mensagem da Senhora deputada Paula Barros, sobre a qual quero dizer o seguinte: **1** - A Senhora deputada refere a proposta da Comissão Técnica e diz que a situação não foi bem explicada. O que



eu acho é que a palavra “explicada” não está bem aplicada, em seu lugar deveria dizer “exposta”. A referida proposta efectivamente não foi bem exposta – tem lá erros – e o erro não tem explicação. Gostaria que fizesse chegar à Senhora deputada Paula Barros que a questão não está na explicação, mas sim nos erros crassos que o Relatório contém. **2** – A Senhora deputada fala em quem decide, mas não diz claramente quem é. É o Governo que decide nessa matéria. **3** – A Senhora deputada refere ainda que apresentará ao Senhor Ministro argumentos no sentido da manutenção das características de serviço Médico–cirúrgico na Urgência do Hospital de Chaves, mas aqui não estão em questão as características. Para nós é ponto assente que ou é Urgência Médico – Cirúrgica, ou não é. É bom que lhe façam chegar esta nota.

- O Senhor deputado **José Pimentel Sarmento** fez uma intervenção de crítica política ao Governo, que não vou comentar, apenas lhe digo que, como ele, temos orgulho em ser do Alto Tâmega e de Trás-os-Montes.
- O Senhor deputado **Francisco Chaves de Melo** referiu várias questões, nomeadamente: **1. Hospital.** – A Assembleia Municipal, tal como a Câmara e respectivas Juntas de Freguesia, foi convidada para a reunião do passado dia 12. Na reunião do passado dia 19 expliquei que o convite foi dirigido a entidades, não a personalidades. A Lei determina que quem representa a Câmara é seu Presidente e esteve presente; quem representa a Assembleia Municipal é igualmente o seu Presidente e também esteve presente; as Juntas são representadas pelos seus respectivos Presidentes e todos estiveram presentes; quem representa as Associações e outras entidades, são os respectivos dirigentes, que também estiveram presentes. O fundamental dessa reunião é que produziu os efeitos desejados e não foi uma questão de colocar a Assembleia Municipal à margem, ou a Câmara, ou as respectivas Assembleias de Freguesia e Associações. A intenção foi reunir as Entidades, as Associações e as Colectividades e não as personalidades que as compõem.

A Assembleia Municipal já se tinha pronunciado sobre esta questão na sessão de 29 de Novembro de 2006, onde foi aprovada, por unanimidade, uma “Moção” a concordar com a Urgência Médico–Cirúrgica no HDC.

Para mim a Junta de Freguesia é um Órgão tão importante como são os demais Órgãos autárquicos e como tal os Senhores Presidentes da Junta merecem essa deferência e esse valor e convidá-los-ei sempre.

O Senhor deputado referiu uma série de investimentos no HDC, com o respectivo valor. Amanhã vou reunir com o Senhor Presidente do Conselho de Administração do Hospital e com alguns técnicos, para colher elementos para a reunião do próximo dia 6 com o Senhor Ministro, mas creio que ainda ninguém viu esses seis milhões de euros que o Senhor deputado mencionou aplicados no Hospital. A informatização importou em 3,5 milhões de euros. Quando o Senhor deputado fala em determinadas obras como caixilharias e outras, isso são apenas previsões, não estão executadas. Quando disse que o Governo não se esquece de Chaves, deveria ter dito: não se esquece porque já investiu 3,5 milhões de euros na informatização do Hospital e prevê investir mais isto ou aquilo.

2. Centro de Saúde – O Senhor deputado disse que estavam previstos em PIDAC 100 mil euros para o Centro de Saúde, mas como sabe, foi adjudicado por 590 mil e eu pergunto-lhe: Quem põe a diferença? E quem deu o terreno? Foi a Câmara. Quem ofereceu o projecto? Foi a Câmara; Quem faz a fiscalização da obra? É a Câmara. Quando o Senhor deputado diz que o Governo não se esqueceu, porque destinou para este investimento 100 mil euros, nós esperamos que pague os 590 mil que prometeu.



Eu não disse que anda a inventar, estou sim a esclarecer esta Assembleia que entre aquilo que o Senhor deputado afirmou e a realidade, há uma distância absolutamente intransponível.

3. Investimentos das Águas de Portugal em águas residuais – Eu peço-lhe que explique concretamente onde a empresa vai investir e em que percentagem esse investimento pode reverter para o Concelho de Chaves.

4. A24 - Permitam-me e entendam o que vou dizer, apenas como *remoque político*. O que o Senhor deputado disse é o retrato do Partido Socialista – bom a assinar papéis, bom a cortar fitas, mas as obras são os outros que as fazem. Foi efectivamente o que se passou com a A24. O Governo do Partido Socialista veio cá assinar os papéis, o Governo seguinte do Partido Social - Democrata mandou executar a obra e vem a seguir o Governo do PS inaugurá-la, no troço já concluído.

5. PIN de Vidago – Eu não sei quanto o Governo dá para Vidago, nem tenho de saber. O investimento é privado e a Câmara não é parceiro.

6. Agricultura – O Senhor deputado referiu tanto milhões de euros para a agricultura que os agricultores do Concelho devem estar todos a esfregar as mãos de contentes e a dormir descansados, porque bastava dividir esses milhões por cada um para ficarem bem, em termos financeiros. Entretanto faço-lhe um apelo. Dirija-se à Direcção Regional e veja se consegue que nos paguem os cerca de 400 mil euros que nos devem das obras do Projecto AGRIS. E algumas já foram executadas e pagas pela Autarquia há quatro anos. Com tanto dinheiro disponível até posso pensar que há discriminação porque os pedidos de pagamento estão lá e quando ligamos dizem-nos que não há dinheiro. Este é um esclarecimento que eu tenho que dar, porque há duas visões sobre esta questão.

7. Rasgos feitos nas Estradas - Em relação às Águas de Trás-os-Montes eu vou esclarecer o Senhor deputado e todos os demais que esta Entidade não necessita de autorização da Câmara, nem nunca a pediu para abrir rasgos ou buracos nas vias. A Autarquia tem o direito e o dever de lhe pedir a sua reparação e é o que temos feito.

A Câmara cumpriu e pagou às Águas de Trás-os-Montes todo o capital social que estava pendente em função da nova ETAR: 547 mil euros. Nos últimos meses ainda não pagou o que deve de Vidago porque o Senhor Presidente do Conselho de Administração nos disse que enquanto os buracos não estiverem tapados não devemos pagar, sendo uma forma de salvaguardar a nossa posição.

Quando alguém conseguir colocar infraestruturas subterrâneas, sem abrir buracos a Câmara de Chaves será a primeira a aderir a esse método. O Senhor deputado sabe quanto custa um sistema de galerias? Não. Eu dou-lhe um exemplo. Quando fizemos o projecto da circular externa pusemos a hipótese de instalar essas galerias que o Senhor deputado referiu, mas desistimos porque encareciam o projecto em cerca de 40%.

- O Senhor deputado **Rui Jorge Oliveira** referiu a questão da Assembleia Municipal extraordinária, que não vou comentar.
- O Senhor deputado **Higino Silva** falou da contestação dos militares. Apenas repito a frase “todos têm direito à indignação”. A Instituição militar merece-me muito respeito e a liberdade é um valor inalienável do Estado e da democracia. Concordo com os valores que estão em causa, mas sobre as formas em concreto não me pronuncio, porque não conheço a situação.
- O Senhor deputado **José António Trindade Mendes** referiu-se ao Programa Polis e sobre essa matéria vou esclarecer o seguinte: O Programa Polis de Chaves foi o último a ser lançado, pelo actual Primeiro - Ministro, então Ministro do Ambiente, em 25 de Fevereiro de 2002. Em 2003, perante os investimentos a realizar entendeu-se, mediante iniciativa do Município de Chaves, propor a nomeação de



um Administrador Executivo remunerado. A Câmara fez a proposta e o Estado, que tem voto decisivo (60% do capital social) e o Presidente do Conselho de Administração, aceitou-a; desde 2003 até 2005, todos os relatórios foram aprovados pela Sociedade Chaves Polis, pelo Estado e pela Câmara e nunca ninguém os colocou em causa. Na análise do relatório relativo a 2005 o Estado levantou problemas sobre esta situação e a Câmara de Chaves, perante a questão que é colocada, dirigiu-se à Direcção Geral do Tesouro para a resolver.

A proposta que a Direcção-Geral nos fez é rigorosamente igual à que foi feita em situações idênticas, para outros locais e que se traduziu na introdução de uma prestação suplementar de capital. Esta figura, que em termos de código de sociedades, é perfeitamente adaptável, permitiu ao Estado, (através de prestações suplementares de capital) em 2005 transferir para as Sociedades Polis de Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa da Caparica, Leiria, Matosinhos, Viseu, Viana do Castelo e Vila Nova de Gaia o valor de 75.206.192,00€. A mesma Direcção-Geral do Tesouro, deu-nos conhecimento de um documento mais recente, da Câmara Municipal de Coimbra, que recebeu, por essa via, mais 4.246.944,00€ e outro da Câmara Municipal de Portalegre que, em 10 de Outubro de 2006 deliberou, por unanimidade, fazer uma prestação suplementar de 150 mil euros.

O Senhor deputado perguntou porque é que a proposta que foi à Câmara não é igual à que foi para o Polis. Porque são entidades diferentes e em cada uma das situações, a própria forma de apresentar as propostas é diferente, mas neste caso até não é. Na proposta da Câmara diz-se claramente"através de uma prestação suplementar de capital, para reforço de despesas de gestão de investimentos, no valor de 190 mil euros". Esta gestão é geral e este valor não foi todo gasto em vencimentos. Há aqui outros encargos incluídos e o Estado deu como superada esta situação.

A Câmara assume e defende que se não tivéssemos conduzido o processo desta forma, não teríamos apenas um ano de derrapagem no Programa; o Polis de Chaves, que até era o último a terminar, (Dezembro de 2006) tem a prorrogação de apenas um ano. Se não surgir nenhum entrave e se o houver será por parte do Governo, cumprimos os prazos.

As obras a realizar vão mexer com a fisionomia do espaço, mas não são complexas e por isso não irão demorar a serem realizadas. Neste momento já estão duas em execução – o Jardim Público e a envolvente do Forte de S. Neutel. Ficam as referentes à intervenção no espaço do Parque Multiusos e a Ciclovía, nas margens do Tâmega, e esta última está pendente da publicação da declaração de interesse público.

Para o Programa estar nesta posição, foi porque alguém se interessou e trabalhou para fazer o processo andar em frente. Entendemos que foi uma boa opção, que o Estado aprovou e ajudou a resolver. Esta é a verdade dos factos e que nós assumimos.

- Agradeço as referências feitas pelo Senhor deputado **António Mota**.
- A intervenção do Senhor deputado **Valdemar Carneiro** não merece comentários.
- Vou contrariar o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Vidago** que na sua intervenção, referindo-se à gestão do Partido Socialista na Câmara disse "o único executivo que não discriminou Vidago", para lhe dizer que, no meu entender, discriminou mesmo. Se assim não fosse não tinha agora tanta obra para fazer. O Senhor Presidente da Junta é, efectivamente, uma pessoa que eu estimo e respeito, preocupada com a sua terra e tem feito muitos esforços para resolver as situações. A verdade é que nem sempre as coisas correm como nós gostaríamos. A obra da Feira de Vidago não correu como estava previsto e outras não andam com a velocidade que nós queremos, nomeadamente a requalificação da Estrada



Nacional 2 que não depende de nós, mas sim das Estradas de Portugal que nunca disponibilizaram a verba. Aguardamos que seja desbloqueada este ano. Isso interfere com o fecho da circular de Vidago, porque a intervenção prevista entre as Estradas de Portugal e o Município de Chaves, passa na zona de confluência da circular com a EN 2.

O Clube Desportivo de Vidago pediu um piso sintético, mas nunca ninguém lho prometeu; submetemos o projecto à aprovação do Instituto de Desporto de Portugal e foi reprovado porque, para isso, são exigidas determinadas medidas que o Campo de Vidago não tem. Alteramos o projecto, mas não se conseguiu o financiamento, a não ser que a Câmara assumia a totalidade do investimento em relva sintética.

O projecto do Centro Escolar de Vidago está executado pelo Gabinete Técnico Local, com 10 salas, a candidatar no âmbito dos Centros Escolares. Está pronto a ser implementado, mas aguardamos o apoio do financiamento de fundos comunitários.

Estamos a procurar que também em Vidago se manifeste aquele desenvolvimento que queremos, em competição com o investimento privado que ali está a ser realizado. Queremos responder à população de Vidago e se não conseguimos mais não é por falta de vontade, mas porque, como atrás disse, nem sempre as coisas correram como nós desejamos.

O SENHOR DEPUTADO JOSÉ ANTÓNIO TRINDADE MENDES do PS usou novamente da palavra para saudar e louvar os esclarecimentos que o Senhor Presidente prestou a esta Assembleia sobre a questão do Polis. Disse ter entendido, pela primeira vez, que o executivo tomou uma decisão política sobre este assunto, mas juridicamente as questões que foram colocadas pela sua bancada eram pertinentes e politicamente aceitáveis. No seu entender o Estado deveria assumir os 60% e concluiu que, talvez para não atrasar o processo, o Senhor Presidente da Câmara assumiu politicamente esta solução, que não terá sido a mais favorável para o Município.

Entrou-se no “**Período da Ordem do Dia**”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA deu conhecimento da entrada de uma proposta que vem no sentido de alterar a Ordem de Trabalhos, passando para 2º Ponto a questão da Saúde no Concelho. Disse não ver qualquer inconveniente nesta alteração, desde que os Senhores deputados se comprometessem a manter o quórum para que os demais pontos da agenda pudessem ser votados, uma vez que são instrumentos necessários à normal gestão do Município. Lembrou que a regra do uso da palavra, quer para os pontos agendados, quer para o ponto da saúde, continuaria a ser a mesma – 20 minutos iniciais, 5 minutos por cada inscrito e sem duplicação de inscrições.

Posta à consideração da Assembleia esta alteração da “Ordem de Trabalhos” foi aceite nas condições propostas.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL;



DEZEMBRO 2006

- Dia 07** - *Assembleia Geral da Chaves Parque.*
- Eleição do Novo Conselho de Administração.
- Dia 10** - *Encontro de Bombeiros Galegos e Portugueses. Programa "COFROEM" – INTERREG IIIA.*
- Exercício no terreno.
- Dia 12** – *Congresso dos Municípios Portugueses.*
- Lei das Finanças Locais
- Dia 15** – *Encontro com o Senhor Vice - Presidente da Junta da Galiza*
- Cooperação Transfronteiriça.
- Dia 29** – *Assembleia - Geral da Chaves Polis.*
- Alargamento do prazo de vigência da Sociedade até Dezembro de 2007.

JANEIRO DE 2007

- Dia 11** – *Encontro com Delegação da Ordem dos Advogados.*
- Reforma da Justiça;
- Elaboração de documentos.
- Dia 12** - *Reunião com o Conselho de Administração das Águas de Trás-os-Montes.*
- Investimentos e abastecimento a partir de 2008.
- Dia 18** - *Conselho Municipal de Educação.*
- Obras nas Escolas – Concurso e Administração Directa.
- Projectos de Novos Centros Escolares.
- Dia 23** - *Conselho Regional.*
- Programa Operacional Norte (QREN).
- Dia 26** - *Sabores e Saberes.*
- Abertura da Loja "Pronto já".
- Dia 30** - Lisboa.
- Norscut
- Centro de Ciência Viva.

FEVEREIRO 2007

- Dia 1** - *Abertura das Termas.*
- Dia 5** - *Porto.*
- Parque Invest (processo de venda dos lotes do Parque de Actividades de Chaves).
- IPPAR – Protocolo.
- Dia 8** - *Reunião com Grupos Profissionais do Hospital.*
- *Reunião Extraordinária do Executivo*
- Dia 9** - *Assembleia Geral do Eixo Atlântico.*
- Ligação A24 /A52.
- Nó de Outeiro Seco.
- Dia 12** - *Reunião com 121 entidades sobre a proposta da Comissão Técnica que analisou e propôs a Reestruturação das Urgências.*
- Dia 15** - *Lisboa – Exposição Cidades Polis.*
- Dia 16** - *Apresentação Flávia Criativa.*
- Dia 19** - *Reunião em Bragança sobre Segurança Social.*
- Dia 22** - *Reunião de Autarcas em Alijó sobre transferência de competências nas áreas da Educação, Saúde e Acção Social.*
- Dia 23** - *Reunião com Entidades de Formação Profissional.*



INFORMAÇÃO RELATIVA À SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO A 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

1- Execução do Plano Plurianual de Investimentos:

2-Dotação Actual do PPI.....	23.306.455,68€
Dotação Cabimentada	21.853.026,94€
Taxa de Execução Física do PPI	93,77%

2 – Execução do Orçamento:

2.1 . Execução do Orçamento da Despesa:

Dotação Actual do Orçamento	49.816.668,55€
Dotação Cabimentada	32.596.640,89€
Grau de Execução do Orçamento da Despesa	65,44%

2.2 . Execução do Orçamento da Receita:

Dotação Actual do Orçamento.....	49.816.668,55€
Receita Liquidada	4.407.484,61€
Grau de Execução do Orçamento da Receita.....	8,85%

3 – Situação das Responsabilidades Financeiras Assumidas pela Autarquia:

3.1 . Responsabilidades Financeiras de Curto Prazo:

Data	Dívida de Curto Prazo
2006.04.20	14.681.099,60 €
2006.06.26	14.946.378,01 €
2006.09.22	15.441.126,97 €
2006.11.24	15.675.620,23 €
2007.02.26	16.603.560,09 €

3.2 . Responsabilidades Financeiras de M/L Prazo:

Data	Dívida de M/L Prazo
2006.04.20	16.870.072,39 €
2006.06.26	17.018.649,73 €
2006.09.22	17.820.975,23 €
2006.11.24	17.682.492,47 €
2007.02.26	17.756.428,61 €



Para discussão deste Ponto inscreveram-se os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – pediu ao Senhor Presidente da Câmara a esclarecimento sobre:

ETAR de Chaves - previsão da sua deslocalização.

NUT'S - perguntou o que é que a Autarquia e o Senhor Presidente entende destas divisões administrativa e que posições estão dispostos a tomar, perante a decisão da criação de uma NUTIII que, no seu entender não faz qualquer sentido.

Nó de Outeiro Seco - o Governo já se comprometeu a financia-lo.

Segurança Social - depois da reunião realizada em Bragança, o que é que Chaves vai perder, ao ser englobada na NUTIII

FRANCISCO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para perguntar se existe da parte da Autarquia alguma tendência para a contenção do crescimento das responsabilidades financeiras, em termos de futuro.

“É obvio que sem ovos não se fazem omeletas mas o facto de a responsabilidade financeira de curto prazo já ir em 16.600.000,00€ é preocupante, porque faz com que os agentes económicos recebam muito tarde e, em face da crise económica, é complicado para as empresas locais, e ainda por cima com IVA igual ao nacional, receberem tarde e a más horas. Em relação à responsabilidade financeira a longo prazo os processos estão estabilizados, contudo essa responsabilidade já vai em 17.756.000,00€, o que perfaz um total de 34.500.000,00€.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque razão a Buvete das Termas não se encontra aberta todo ano e principalmente aos fins-de-semana, altura em que há muita gente a visitar-nos. Disse também que os sanitários da zona envolvente deveriam estar abertos, nas devidas condições e o Parque Infantil tem diversões danificadas que deviam ser reparadas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados.

- O Senhor deputado **Manuel Cunha** referiu várias questões, nomeadamente:
 1. **ETAR de Chaves.** - Mediante prazos dados pelas Águas de Trás-os-Montes, supõe-se que a nova ETAR de Chaves esteja terminada no final de 2008 e a actual seja desactivada nessa altura. Já há concurso para o projecto e há também a indicação do novo local de implantação.
 2. **NUT'S.** - A NUT III é a passagem de uma organização meramente estatística, para uma organização administrativa e não é uma criação recente. Nos Quadro Comunitários anteriores, os fundos eram distribuídos por regiões e cada município sabia que tinha direito a uma parte do FEF. Hoje não é assim – este Governo reservou exclusivamente para si, a quem vai dar os Fundos Comunitários. Neste momento para Chaves apenas sabemos que temos a possibilidade de obter financiamento comunitário para Centros Escolares; temos a Carta Educativa homologada, temos os projectos a avançar e sabemos que há mais de mil milhões de euros no Programa Operacional Norte para construção de Centros Escolares. Em relação a outros projectos nada sabemos porque está tudo centralizado. A única hipótese que os municípios têm na participação de fundos comunitários é organizando-se por NUT'S III. Isto é: Se nos calhar alguma coisa, podemos organizar-nos e contratualizar a execução, mas se não nos calhar nada a NUT III de nada serve. Serve para outro tipo de reorganizações, nomeadamente na Justiça e na Segurança Social.



Quando se completam as acessibilidades que unificam o Distrito de Vila Real, porque a A24 é a espinha dorsal do Distrito, o Alto Tâmega é separado. Andámos anos a queixar-nos que o Sul do Distrito estava de costas voltado para o Norte; hoje que podíamos efectivamente ficar unidos, esta organização administrativa separa-nos e junta-nos a regiões com as quais não temos acessibilidades. Já tive ocasião de explanar esta situação na CCDRN, ao Senhor Governador Civil e ao Senhor Ministro do Ambiente.

Há uma abertura importante ao permitir a possibilidade de manter as Associações de Municípios como agora existem e poderem também candidatar-se, mas isso deixa-nos numa linha de retaguarda relativamente às candidaturas.

O Senhor deputado pergunta-me qual é a minha posição sobre as NUT'S. No meu entender esta organização administrativa não devia ser assim. Devia ser pela proximidade ou pela criação de sub – espaços que se poderiam associar caso tivessem obras de âmbito superior.

3. Segurança Social. - A reunião de Bragança terminou por minha iniciativa quando alertei o Senhor Governador Civil e o Senhor Director da Segurança Social para o facto de termos de nos deslocar a Bragança – que até tem um excelente edifício. Perguntei-lhes se um cidadão de Montalegre, de Chaves ou de Valpaços que necessite de resolver um problema terá de se deslocar a Bragança. Pelo que foi dito, parece-me que a Delegação de Chaves se vai manter em ligação com Vila Real.

Para Bragança está prevista a criação de uma Plataforma supra – concelhia, que cometeu erros, nomeadamente ao convidarem o Centro de Formação de Vila Real e não convidaram o de Chaves, porque desconheciam que temos um Centro de Formação que cobre a área do Alto Tâmega. E foi perante situações desta natureza, que eu solicitei a conclusão da reunião, informando que a Delegação de Chaves tem competências para responder à quase totalidade das situações dos cidadãos, evitando que tenham de se deslocar, a não ser em casos excepcionais. Não sei se as questões que coloquei terão ou não seguimento, mas a minha posição foi marcada e constará, certamente da acta da reunião.

Esclareço esta Assembleia que no campo da Justiça, pedi à Delegação da Ordem dos Advogados de Chaves um documento, a solicitar que na revisão do sistema judicial – que também vai ser por NUT'S – seja tida em conta a quantidade de processos que existem. O Tribunal de Chaves, nesse aspecto tem mais processos, sobretudo em determinado tipo de litigâncias do que Bragança.

A proposta da Ordem dos Advogados, que me parece justa, vai no sentido do seguinte: ou manter os dois Tribunais – Bragança e Chaves – com as competências que têm, ou então manter em Chaves aquelas litigâncias que tiverem maioria aqui e as restantes em Bragança. Colocou-se o problema quando o Juiz tivesse de se deslocar ao local – vir de Bragança a Fafião – quem paga? Também na justiça, tal como na saúde, está em causa a proximidade. Já levei este documento à Associação de Municípios e aguardo que chegue o apoio de todas as Delegações do Alto Tâmega para reforçar esta posição. Não conhecemos o projecto do Governo. Há ideias, há palpites mas ainda nada saiu.

4. Nó de Outeiro Seco. - Falei directamente com o Senhor Secretário de Estado que me pediu, e já lhe enviei, o valor das obras a executar, dado pela NORINTER. No dia nove passado falei com a Senhora Secretária dos Transportes em Vila Nova de Gaia, que também me perguntou o preço da obra e tenho pedida uma audiência ao Senhor Ministro para falar sobre esta questão. O Senhor Secretário de Estado propôs que a Câmara fizesse a obra, mas não a vamos fazer porque é um compromisso do Estado e os compromissos são para manter, seja que Estado for.



Também quero informar esta Assembleia que no primeiro dia que o Senhor Engenheiro França começou a negociar com os interessados no Mercado Abastecedor, de todos os que atendeu, apesar dos valores serem um pouco altos, alguns deles queriam assinar logo o contrato, o que significa que as coisas não estão tão mal quanto os profetas da desgraça, de sempre, fazem crer. Vai à próxima reunião de câmara a venda dos lotes do Parque Empresarial e não tenho dúvidas que grande parte será vendida num curto espaço de tempo. A apetência é grande, independentemente do Nó e quando for falar com o Senhor Ministro levarei os contratos previstos, para reforçar a necessidade de execução da obra. A Plataforma Logística também tem interessados, mas ainda não está em condições de poder fazer os respectivos alugueis.

O Senhor deputado **Francisco Chaves de Melo** falou das finanças municipais.

Quanto a pagamentos, na estatística apresentada pela Associação Nacional de Empreiteiros, aparecemos no ranking das Câmara do País que melhor e mais depressa pagam.

No relatório de Prestação de Contas relativo ao ano de 2006 poderão verificar, mais uma vez, que o património da Autarquia continua a aumentar.

A Câmara tem capacidade de endividamento para realizar investimentos, está a pagar os seus compromissos e tem a sua situação financeira absolutamente controlada.

- O Senhor deputado **Rui Oliveira** referiu-se às Termas. A Buvete só é aberta na época mais alta porque implica a permanência diária de quatro funcionários. A fonte pública está permanentemente aberta.

Sobre o Parque infantil, estamos a estudar a hipótese de o vedar, uma vez que, desta forma, não conseguimos mantê-lo nas devidas condições porque é, sistematicamente vandalizado e a sua reparação é muito cara.

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** informou ainda o Senhor deputado Rui Oliveira que dentro do Balneário, no Átrio, está sempre disponível um funcionário da recepção, a oferecer um copo de água aos visitantes. Com o clima que temos, seria muito desconfortável para quem nos visita e impossível para quem trabalha, ter a Buvete aberta nesta altura, dado que se trata de um espaço aberto.

PONTO 2. APRECIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO FINAL ELABORADO PELA COMISSÃO TÉCNICA DE APOIO AO PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO DAS URGÊNCIAS, TENDO EM VISTA A DEFINIÇÃO DE ADEQUADAS FORMAS DE ACÇÃO – A PEDIDO DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA;

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada na Mesa de três “Moções” que leu e se transcrevem:

Moção número 1, subscrita pelo Partido Social – Democrata.

O Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, preocupado com a situação actual da Saúde no Concelho de Chaves, em particular e no Alto Tâmega em geral, propõe a esta Assembleia que seja aprovado a seguinte “Moção”:

“Considerando que a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, nomeada pelo Exmº. Senhor Ministro da Saúde, alterando a sua posição inicial – assumida publicamente no documento designado por “Proposta da Rede de Serviços de Urgências – Documento para Audição Pública” em Setembro de 2006 – propõe a desqualificação da Urgência do Hospital de Chaves – no documento designado por “Proposta da Rede de Urgências – Relatório Final” em Janeiro de 2007 – a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro do ano em curso, rejeita liminarmente esta



possibilidade e defende e propõe ao Governo da República a manutenção da Urgência Médico – Cirúrgica e o reforço da qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos no âmbito da saúde, como sempre defendemos, independentemente de qualquer condicionalismo, designadamente a conclusão de acessibilidades rodoviárias a Vila Real.

Assembleia Municipal de Chaves em 28 de Fevereiro de 2007
O Grupo Municipal do PSD”

Moção número 2, subscrita pela CDU – Coligação Democrática Unitária.

“A Assembleia Municipal de Chaves reunida em 28 de Fevereiro de 2007 saúda os flavienses e as populações do Alto Tâmega pela gigantesca manifestação realizada no passado dia 21 de Fevereiro de 2007. Saúda o elevado espírito cívico e a determinação na defesa do serviço de Urgências Médico – Cirúrgica no nosso Hospital. A Assembleia Municipal de Chaves reafirma a sua solidariedade com as justas reivindicações dos outros autarcas do Distrito.

A Assembleia Municipal de Chaves lamenta profundamente as declarações do Senhor Ministro da Saúde no dia em que estava a decorrer a manifestação, indignas de um Ministro de um Governo Democrático. Condena as injustas acusações aos Autarcas do Alto Tâmega e em especial de Chaves. Exige a rectificação inequívoca destas ofensivas e atabalhoadas declarações.

A Assembleia Municipal de Chaves exorta os Representantes da AMAT que vão reunir com o Senhor Ministro a não se deixarem intimidar e a manterem a firme defesa da Urgência Médico Cirúrgica no Hospital Distrital de Chaves. Apela também à firme defesa de um serviço de Urgência Básica em Vila Pouca de Aguiar.

A Assembleia Municipal de Chaves reafirma a sua determinação na defesa e promoção do futuro da Região ciente de que a ofensiva do Governo sobre as funções sociais do Estado se afigura extremamente negativa para as populações flavienses.

Chaves, 28 de Fevereiro de 2007.
Os Deputados da CDU”

Moção número 3, subscrita pelo Partido Socialista.

“O Grupo Municipal do Partido Socialista discorda, em absoluto, do argumentário técnico constante na relatório final elaborado pela Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, no qual se propõe a desqualificação do serviço de urgências existentes no Hospital Distrital de Chaves, ou seja passar de urgência médico-cirúrgica para uma urgência básica.

O documento invocado é, em nossa opinião, demasiado vago e generalista, contendo até inúmeras imprecisões e incorrecções nos pressupostos de natureza técnica que o fundamentam.

Este Grupo Municipal tem porém a firme convicção de que o Senhor Ministro da Saúde irá ter em devida conta as imprecisões e incorrecções, já proficuamente invocadas, e as especificidades da região do Alto Tâmega, bem como as suas dificuldades no capítulo das acessibilidades e optará, naturalmente, pela manutenção da urgência médico-cirúrgica do Hospital Distrital de Chaves.

No entanto, se o Senhor Ministro da Saúde for completamente insensível e autista ao chamamento do grupo Municipal do Partido Socialista que é afinal a posição desta Assembleia Municipal e de todos os flavienses, ou seja, se a proposta de desqualificação da urgência do Hospital de Chaves se vier a consumir, estará este grupo municipal na frente da batalha contra esta



discriminação e desconsideração e será solidário com todas as formas de luta que legalmente vierem a ser encetadas.

Chaves, 28 de Fevereiro de 2007.

O Grupo Municipal do Partido Socialista”

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** pôs à discussão a três Moções, dizendo que o conteúdo de cada uma é o mesmo de todas – a manutenção da Urgência Médico-cirúrgica do Hospital de Chaves – e perguntou aos subscritores se querem conjugar o seu conteúdo numa única “Moção”, ou se querem debater e votar cada uma delas em separado.

O Senhor deputado **MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU – disse que o seu partido está tranquilo porque já em Setembro de 2006 propôs a aprovação de uma “Moção”, relacionada com o tema em discussão e que foi rejeitada por este Órgão.

“As moções agora em discussão não são exactamente iguais e se o que as unifica é a não aceitação do encerramento da Urgência Médico-cirúrgica, peço desculpa, mas isso já foi aprovado na “Moção” de Novembro último, e eu acho um pouco ridículo, após tudo o que se passou, que esta Assembleia Municipal, vá agora aprovar uma “Moção” igual, o que considero vergonhoso. Essa proposta foi apresentada pelo Senhor deputado António Taveira, transformou-se num documento subscrito pela Assembleia Municipal, onde se dizia, efectivamente, que este Órgão não aceita a despromoção do seu serviço de Urgência Médico-cirúrgica exigindo que o mesmo se torne definitivo, independentemente das acessibilidades e foi aprovada por unanimidade.

Se ao fim deste combate todo, esta Assembleia se conforma, se não exige uma rectificação das declarações do Ministro e vai apenas reafirmar uma posição que já tomou em Novembro, nós não abdicamos da nossa proposta, nem que seja para obter só os três votos da CDU. Não estamos dispostos a colaborar na limpeza da actuação do Senhor Ministro e do Governo e ficaremos todos na mesma posição tomada em 29 de Novembro de 2006”.

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** informou o Senhor deputado Manuel Cunha que esta Assembleia é soberana naquilo que decidir, independentemente da vontade, do desejo e da verdade que nós sentimos como própria. Por essa razão não considerou correcto e achava de bom-tom que o Senhor deputado retirasse o epíteto “vergonhoso”.

O Senhor deputado **MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** da CDU respondeu que mede sempre as suas palavras e que já usou este mesmo termo em Novembro e não foi chamado à atenção por isso. Naquela altura disse que “esta Assembleia se haveria de arrepender da vergonhosa posição que tinha tomado” e que hoje mantém porque foram 3 votos a favor, 5 contra e 80 abstenções.

O Senhor **DEPUTADO NALSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – disse que a sua bancada mantinha a “Moção” que subscreveram.

O Senhor deputado **FRANCISCO CHAVES DE MELO** do PS – perguntou ao Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha, a que “Moção” se estava a referir porque a que foi discutida e votada na sessão de Novembro não se referia às Urgências.

O Senhor **DEPUTADO NALSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO** do PSD – usou da palavra para dizer que a “Moção” a que o Senhor deputado Francisco Melo se estava a referir, apresentada pelo PSD em 26 de Abril de 2006, foi aprovada por unanimidade e enviada aos diferentes Órgãos. Que em 29 de Novembro de 2006, também subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, foi aprovada por unanimidade a “Moção” que consta na página 20 da acta que hoje foi aprovada, que é completamente diferente daquilo que estamos agora a discutir e que dizia: **“Estando em discussão pública a «Rede de Urgência Hospitalar», a Assembleia Municipal**



de Chaves, reunida em 29 de Novembro de 2006, manifesta acordo sobre a qualificação como Urgência Médico-cirúrgica, em Chaves.

Vem esta Assembleia Municipal manifestar a posição de que a classificação como Médico-cirúrgica da Unidade de Chaves deve ser tida como definitiva, independentemente de qualquer condicionalismo, nomeadamente a conclusão das acessibilidades”.

O Senhor deputado Manuel Cunha estará a fazer confusão, porque a “Moção apresentada hoje pelo Grupo Municipal do PSD e lida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, diz: “O Grupo Municipal do Partido Social - Democrata, preocupado com a situação actual da Saúde no Concelho de Chaves, em particular e no Alto Tâmega em geral, propõe a esta Assembleia que seja aprovado a seguinte “Moção”:

“Considerando que a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, nomeada pelo Exm^o. Senhor Ministro da Saúde, alterando a sua posição inicial – assumida publicamente no documento designado por “Proposta da Rede de Serviços de Urgências – Documento para Audição Pública” em Setembro de 2006 – propõe a desqualificação da Urgência do Hospital de Chaves – no documento designado por “Proposta da Rede de Urgências – Relatório Final” em Janeiro de 2007 – a Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro do ano em curso, rejeita liminarmente esta possibilidade e defende e propõe ao Governo da República a manutenção da Urgência Médico-cirúrgica e o reforço da qualidade dos serviços a prestar aos cidadãos no âmbito da saúde, como sempre defendemos, independentemente de qualquer condicionalismo, designadamente a conclusão de acessibilidades rodoviárias a Vila Real”.

Voltando um pouco atrás, quando em 26 de Abril de 2006, o PSD apresentou a “Moção” já, nessa altura, por entendermos que esta questão não é política, mas sim do interesse de todos, mostrámos abertura em a transformar numa proposta da Assembleia, porque foi isso que defendemos no passado e é isso que continuamos a defender. Quem quiser fazer politice com esta questão e quiser utilizar os logótipos do partido em comunicados e outros sítios que o faça, mas o PSD estava disposto, por sugestão da Mesa, a fundir as três moções, numa só da Assembleia, podendo dar-lhe outra redacção. Como a CDU inviabilizou essa possibilidade o PSD mantém a proposta inicialmente apresentada.

O Senhor deputado **MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA** disse “estou disposto a modificar a nossa proposta, desde que seja para resultar algo incisivo e com conteúdo. Este Órgão já aprovou, por unanimidade, em Novembro de 2006 a sua pretensão em que a Urgência Médico-cirúrgica se mantenha, independentemente das acessibilidades. No essencial digam-me o que tem de diferente a proposta apresentada hoje pelo PSD, senão o reafirmar de uma posição anteriormente aprovada neste Fórum.

O Senhor **PRESIDENTE DA MESA** referiu que o assunto em discussão é muito sério, do interesse de todos e informou os líderes dos Grupos Municipais que tinham quinze minutos para tentarem conciliar as “Moções” apresentadas.

Enquanto isso foi dada continuidade à sessão.

PONTO 3 - ALTERAÇÃO AO PROJECTO DA OPERAÇÃO URBANÍSTICA DE LOTEAMENTO COM OBRAS DE URBANIZAÇÃO DA PLATAFORMA LOGÍSTICA DE CHAVES – APROVAÇÃO FINAL – LUGAR DO CAMPO QUEIMADO – FREGUESIA DE OUTEIRO SECO – INFORMAÇÃO DA DOTPU - Para conhecimento.



O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** disse que esta informação vem para conhecimento da Assembleia e as alterações ali mencionadas, prendem-se apenas com medições de áreas. Ou seja: a Plataforma Logística foi construída mediante um projecto e depois de concluída a obra há rectificações a fazer, nomeadamente com a implementação dos pavilhões destinados a bar e serviços administrativos e são essas pequenas rectificações que a Assembleia tem de ter conhecimento, dado que aprovou o projecto inicial.

PONTO 4 - RATIFICAÇÃO DA PROPOSTA PARA CONSTITUIÇÃO E ADESÃO À ASSOCIAÇÃO “FÓRUM DE CIDADES AMURALHADAS” (FICAM). INFORMAÇÃO N.º 18/DC/2007 DE 07.01.08;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o objectivo desta Proposta é a ratificação de Adesão e Estatutos inerentes à constituição da Associação, entre o Município de Chaves e os restantes parceiros e o sancionamento da quota anual, de 450€ a suportar, anualmente pela Autarquia.

DEPUTADO FERNANDO ALVES DE CARVALHO do PS – disse que o seu partido concorda com esta Proposta, mas chama a atenção para a falta de rigor na sua apresentação, designadamente os Estatutos, onde alguns artigos estão escritos em Português e Castelhana, outros só em Castelhana e outros duplicadamente em Castelhana. Sugeriu que os Estatutos depois de aprovados lhe sejam distribuídos em língua portuguesa.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** esclareceu que sendo uma Associação que tem 73 Municípios, dos quais cerca de 40 são portugueses e os restantes são de todo o território espanhol ao longo da fronteira, os Estatutos foram apresentados exactamente da forma em que foram transcritos. Reconheceu que, efectivamente, poderiam ter sido traduzidos na sua totalidade para Português e vai ser feito.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 5 - PROJECTO DE CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 11/GAPV/2007;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da Proposta, esclarecendo que o Código de Posturas a vigorar no Município era de 1984. Com 23 anos, não só estava desactualizado, como também o valor das coimas a aplicar eram absolutamente «ridículos», comparados com a realidade actual.

Os critérios usados na elaboração deste Projecto foram os seguintes: Pegámos no Código de Posturas aprovado em 1984, e adaptá-mo-lo às novas circunstâncias.

Para determinar o valor mínimo da coima, fomos buscar os quantitativos de 1984 e aplicámo-lhe as taxas de inflação. Para determinar o valor máximo aplicámos a legislação em vigor - no caso de pessoa individual o salário mínimo vezes dez (mínimo 40€, máximo 4.000€), para pessoas colectivas o salário mínimo vezes cem (mínimo 500€ máximo 40.000€).

É provável que haja situações a merecer alguma rectificação, mas o nosso objectivo foi no sentido de actualizar um Código de Posturas que estava totalmente descontextualizado.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que a sua bancada é favorável a este Código de Posturas, no entanto, dado que as pessoas



nas aldeias, poderão não estar ainda sensibilizadas para as multas em que incorrem, pediu que a Autarquia fizesse uma campanha de sensibilização em relação a este regulamento. Essa acção poderia ser feita até nas respectivas escolas e as crianças serviriam de porta vós junto dos pais.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6 - CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO CENTRO URBANO DE CHAVES. APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS. PROPOSTA N.º 14/GAPV/07;

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que Chaves acedeu e beneficiou do Programa URB/COM/PRIME. Este programa, com determinadas características, apoia investimentos privados e investimentos públicos. Nesse contexto, por força do próprio Programa, foi criada uma unidade de acompanhamento e coordenação. Para que essa unidade pudesse ter uma candidatura, foi feito um protocolo entre o Município de Chaves e a ACISAT que, oportunamente, foi aprovado por unanimidade, em reunião da Câmara Municipal. Com esse protocolo a ACISAT pode apresentar uma candidatura, à qual o Senhor Secretário de Estado se referiu, aquando da abertura da Feira dos Santos, dizendo que era a melhor, a nível nacional.

Perante isso vem o pedido de constituição da Associação, sem fins lucrativos, denominada “Associação para a Promoção do Centro Urbano de Chaves” que tem como objecto o exercício da actividade de promoção e modernização da zona de intervenção urbana, para aprovação, bem como os respectivos estatutos.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – disse que este assunto lhe é muito grato porque veio modificar o Centro Urbano de Chaves. Citou o Ex – Presidente da Câmara, Dr. Alexandre Chaves, a quem a ACISAT está muito grata, por ter aderido a este projecto e pelo seu empenhamento para que fosse implementado com sucesso. Os executivos que se lhe seguiram foram apoiando a ACISAT no desenvolvimento deste projecto que é dinâmico, que se desenvolve desde 1997 e são bem visíveis as modificações feitas; cerca de 80 estabelecimentos comerciais têm hoje uma fisionomia diferente e foi possível, também, recuperar fachadas de edifícios degradados, nos quais existiam estabelecimentos que aderiram a este projecto; foi possível ao Município apresentar candidaturas à requalificação de equipamento urbano - ruas e mobiliário.

Houve uma segunda fase de promoção e dinamização deste projecto, que terminou em 2005 e no qual a ACISAT teve uma candidatura excelente, aprovada e reconhecida pelos membros do Governo, nomeadamente pelo Senhor Secretário de Estado do Comércio de então – Dr. Osvaldo Castro, que teceu rasgados elogios, a estes projectos, nos dois dias que passou em Chaves, apresentados para todo o Alto Tâmega e ainda, posteriormente, o Senhor Secretário de Estado da Indústria – Dr. Vítor Ramalho, que nos felicitou por todo este trabalho desenvolvido em prol desta Região. Fomos a segunda Associação do País com maior número de projectos, candidata a projectos de urbanismo comercial; apresentámos, na altura, seis projectos que foram aprovados.

Este projecto, no qual os Senhores Vereadores do Partido Socialista votaram contra, na reunião de Câmara, posição que tenho dificuldades em entender, porque, como flaviense, seria incapaz de votar contra qualquer medida que viesse de encontro ao desenvolvimento da minha terra, independentemente do lado de que a proposta



viesses. Se é o próprio Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor – Dr. Fernando Serrasqueiro, que no dia 30 de Outubro de 2006, presidiu à abertura da Feira dos Santos, diz aqui, publicamente, que dos cerca de 40 projectos que foram apresentados, o da ACISAT foi o melhor e com mais sustentabilidade, porque vinha exactamente na sequência deste processo em que tínhamos dado passos importantes.

Era necessário ter um Gestor de Centro Urbano. O Governo, a determinada altura, abriu concurso e, a nível de zona Norte, houve onze candidatos, entre os quais um apresentado pela ACISAT, com as características exigidas – licenciatura em Ciências Económicas ou Gestão - que foi admitido. Só depois da aprovação do Técnico pela Secretaria de Estado do Comércio e em sede de Direcção Geral de Empresa, em cerimónia que decorreu no Centro Cultural de Belém, é que nos foi possível fazer a candidatura ao que aqui é designado por uma UAC – Unidade de Acompanhamento e Coordenação. Esta Unidade era exigida no Regulamento, que impunha ter parceiros – a Associação e pelo menos, o Município de Chaves. Podem aderir outros parceiros, conforme consta no projecto de Estatutos, e nós pretendemos que isso aconteça.

Esgotados todos os processos, no âmbito do URBCOM e PROCOM, surgiu esta ideia do Governo, para estas verbas do MODCOM, que são verbas cobradas às grandes superfícies comerciais, para apoiar projectos do chamado “pequeno comércio” dos Centros Urbanos.

A ACISAT sempre atenta a estas situações, fez a candidatura, o Senhor Presidente da Câmara fez uma declaração de adesão ao projecto, que foi devidamente aprovado – com 85 pontos, numa valia de 0 a 100 – e teve um financiamento das despesas elegíveis, de cerca de 70%. É um projecto de 123.658,000,00€, no seu todo, com despesas elegíveis de 96 mil euros, porque já tínhamos entrado noutros projectos, cujas acções não pudemos concluir, e temos uma comparticipação de 78 mil euros.

O projecto foi homologado pelo Senhor Ministro da Economia em 20 de Setembro e na comunicação que nos foi feita, dizia que tínhamos um determinado período de tempo para celebrar a escritura e apresentar os documentos. É obrigatório ser uma figura jurídica própria e autónoma – não pode ser a Câmara nem a ACISAT – têm de ser as duas incluídas nessa estrutura.

Como não foi possível desenvolver o processo dentro do período que nos foi definido, considerando que entretanto não houve nenhuma Assembleia Municipal, da qual a Autarquia tinha de obter o sancionamento, para celebração da respectiva escritura, pedimos a prorrogação do prazo, que nos foi concedida, até ao próximo dia 19 de Março, data em que temos de apresentar todos os documentos necessários.

Como o projecto contempla um executivo, isso causou alguma estranheza porque a Direcção referida nos Estatutos – que são uniformes para todo o País – tem de ter uma pessoa com a formação exigida e acreditada pela Secretaria de Estado. A ACISAT e a Câmara estarão na Direcção, mas nesta estrutura a única pessoa remunerada, cuja verba está contemplada e aprovada, é o Gestor do Centro de Urbano que terá um administrativo de apoio também pago.

Esta estrutura privada, sem fins lucrativos vai ter a possibilidade de apresentar candidaturas autónomas, uma vez que a ACISAT já esgotou todos os planos possíveis, no âmbito da animação, para a dinamização e promoção do Centro Urbano de Chaves. Neste momento já estão previstas algumas actividades que nos foram aprovadas, nomeadamente a sinalética, a mudança de alguns reclames, etc.

Depois de ter conhecimento da deliberação da Câmara, tive o cuidado de hoje distribuir aos líderes de cada Grupo Municipal, um Plano Estratégico deste Projecto, para um melhor esclarecimento e entendimento dos objectivos pretendidos. Com este atraso da Assembleia as datas não são coincidentes – o projecto é para dois anos -



e, perante isso, faremos uma recalendarização do processo. Isto vem na sequência do espaço que já funcionou no Jardim do Bacalhau, junto ao Posto de Turismo, chamado “Procentro”, aquando da formação desse Gestor de Centro Urbano. Nesta altura temos duas pessoas em condições de assumir a gestão desta Unidade. O que agora se pretende é que o Projecto de Estatutos seja aprovado para não se perder mais tempo.

ANTÓNIO BARREIRA BATISTA da CDU – disse que a sua bancada considera que esta Proposta pode ser benéfica para os comerciantes de Chaves e perguntou qual o valor da remuneração do Gestor da Associação. Vão votar favoravelmente.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – usou novamente da palavra para dizer que a ACISAT já tem 10 anos de experiência em candidaturas a fundos comunitários e a zona do Alto Tâmega foi pioneira quando surgiu o primeiro projecto de incentivo às micro – empresas, tendo vindo dessa altura para cá, mais de um milhão e trezentos mil contos, a fundo perdido. A Senhora Secretária de Estado de então – Dra. Maria José Constâncio - disse-me que não podia continuar a apoiar cabeleireiros e gabinetes de contabilidade, porque não eram micro - empresas importantes. Eu respondi-lhe que poderiam não ser importantes em cidades como Lisboa e Porto, mas em Chaves eram importantes sim, porque permitem a criação de postos de trabalho.

Respondendo à questão que foi colocada sobre a remuneração, todos os projectos têm de quantificar valores. Para a remuneração do Gestor de Centro Urbano foi aprovada a verba 32. 415.000,00€, para dois anos, mais 14 mil euros para a remuneração do administrativo, para esses mesmos dois anos.

JÚLIO ELISEU DOS ANJOS ALVES do PS – disse ter pena que o Plano Estratégico, que agora lhe foi entregue, não tenha sido há mais tempo, porque é um documento extenso, que não dá para analisar assim de um momento para o outro. Que a posição dos Senhores Vereadores do Partido Socialista na Câmara, se deve ao facto de não terem conhecimento dos Estatutos e é também essa a motivação da sua bancada para votar agora contra esta Proposta.

Para o Partido Socialista, ao nível do Centro Histórico, a prioridade não é a promoção do Centro Urbano, mas sim a intervenção na parte habitacional.

Relativamente aos Estatutos entendem, em primeiro lugar, que há uma sobreposição em termos do objecto; promover a realização de programas de animação comercial, e promover e publicitar o conjunto comercial, já é feito pela ACISAT; o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais é uma competência da Câmara; o período de saldos é uma competência legislativa do Ministério da Economia; o arrendamento comercial é uma competência do Governo; a limpeza urbana é uma competência da Câmara; limpeza de montras é invadir a iniciativa privada, porque há empresas que prestam este tipo de serviços. Tudo isto os leva a pensar que o objecto da dita Associação “Procentro” é muito vago.

Em relação ao seu financiamento, os Estatutos referem as quotas ordinárias, que serão dos sócios – Câmara e ACISAT, as quotas dos novos aderentes e receitas extraordinárias – subvenções que lhe sejam concedidas - o que é muito vago. Para melhor se entender o âmbito do seu alcance deveriam ter concretizado mais os Estatutos.

Se estamos a constituir uma Associação sectorial, que intervém ao nível da promoção do Centro Urbano, e da questão comercial, provavelmente estamos a ser um pouco discriminatórios relativamente a outras actividades, nomeadamente a agricultura.



No que se refere à remuneração do Gestor há aqui uma omissão, quando se diz que é estabelecida a remuneração dentro da própria Associação, o que nos leva a aprovar um cheque em branco, porque não sabemos qual vai ser o seu valor e por tudo isso estes Estatutos levam-nos a ter uma posição de rejeição em relação à criação desta Associação.

Terminou sugerindo que numa próxima Assembleia Municipal se inclua um ponto de debate sobre o Centro Histórico de Chaves.

JOÃO MIRANDA RUA do PSD – disse que todos os contributos são aceitáveis e merecem ser devidamente equacionados.

No período da minha vida como autarca – fui Vereador da Câmara Municipal de Chaves de 1994, a 1997 e quer eu quer os meus companheiros, votámos contra nalgumas situações, mas nunca fizemos declarações de voto vagas, sem conteúdo. Apresentámos sempre alternativas aos projectos que nos foram presentes, conforme provam as actas desse período e, em muitas situações, quando estava em causa o interesse concelhio ou o interesse local, fizemos intervalos nas reuniões, para encontrar um consenso e conciliar com o Partido Socialista, que era o poder, nessa altura.

Ao ser constituída uma Associação ou uma Empresa, é obvio que cabe à Assembleia - Geral definir determinado tipo de regras, dentro do âmbito dos Estatutos. Neste caso, na Assembleia – Geral estará a Câmara Municipal, que irá recolher os devidos contributos, quer da própria Câmara, quer da Assembleia Municipal, para em sede própria, poder dar as suas informações.

Quanto à agricultura, apesar de também estarem no âmbito da ACISAT os sectores da área agrícola, a ACISAT entendeu que não era sua vocação.

Quando referem as questões do arrendamento, dos períodos de saldos, da requalificação urbana e outras, posso dizer, com experiência, porque participo nalguns Conselhos de Concertação Nacional e fui convidado para representar o Comércio Português, no dia 16 de Novembro de 2006 em Braga, com o actual Secretário de Estado do Comércio, que destacou novamente, a dinâmica de Chaves, no contexto das suas limitações, porque as tem, mas é nesse contexto que nós defendemos as nossas acções e sabemos o que andamos a fazer. É obvio que o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais é uma competência do Governo e da Câmara, com muita ambiguidade actualmente; o período de saldos é fixado pelo Governo que ouve os seus parceiros, nomeadamente a ACISAT.

Os Estatutos não dizem que somos nós a fixar o arrendamento, o horário de funcionamento, ou o período de saldos, mas podemos dar-lhe um contributo numa dinâmica para melhorar.

Depois de um trajecto de dez anos de urbanismo comercial, é lamentável que se remate desta forma, com estas pequenas quezílias. Em vez disso os Senhores Vereadores do Partido Socialista, que tiveram acesso aos documentos atempadamente, deviam ter apresentado as dúvidas que tinham e sugerir alternativas que conduzissem à resolução positiva desta questão, em vez de votar cegamente este Projecto de Estatutos.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – usou da palavra para defender a honra da bancada porque foi alegado que não lêem com atenção os documentos, ou que os Senhores Vereadores os tenham sonogado.

Nós pensámos e está nessa base o sentido do nosso voto contra, que a solução associativa encontrada, para este fito, não é a mais adequada, face à má experiência que temos de actividade associativa em relação a outras associações, nomeadamente a “Chaves Viva” ou a “Empresa Municipal”. Um simples protocolo



podia servir, ou a ACISAT poderia ter arranjado outro associado que não a Câmara. Nós não estamos na disposição de andar a criar constantemente associações e qualquer dia não sabemos quantas existem, nem o fim para que foram criadas. Este é um caminho de explosão associativa, de via administrativa, que não emana dos cidadãos e uma associação com dois associados que constituem a Direcção e a Assembleia – Geral e nega aos outros associados, que venham a aderir, poderes idênticos aos iniciais leva a que, por um lado os associados da ACISAT não se possam pronunciar directamente sobre as actividades no âmbito desta unidade e por outro lado leva a que a Autarquia não tenha de prestar contas directamente à Assembleia Municipal, desta Associação que, depois de estar criada, se rege pelos fins próprios. É certo que podemos pedir informações que o Senhor Presidente da Câmara as dá.

A nossa divergência de fundo está no modelo adoptado. O Partido Socialista louva o esforço do projecto, que me parece conciliar toda a estratégia que vem sendo desenvolvida em termos de documentos estratégicos para o Concelho, lastimamos é que tenha sido escolhida esta via para criar e desenvolver um projecto.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA informou que, por impedimento legal, não esteve presente na reunião de Câmara onde este assunto foi tratado, no entanto tem o dever de defender o executivo.

Tenho a certeza que os estatutos foram entregues a todos os Senhores deputados e não está aqui a questão de os lerem, ou não. Este assunto só podia ser tratado desta forma, através deste modelo. Este projecto foi iniciado há dez anos e concluído, na sua parte essencial, em 2004/2005. Só depois do projecto concluído é que há animação, porque não era viável enquanto as ruas estavam a ser intervencionadas.

Quando o Senhor deputado Francisco Melo refere o número de associados, devo dizer-lhe que não é a sua quantidade que faz os bons resultados. Neste caso concreto, o número restrito de associados tem uma instituição que nos orgulha a todos. Por razões que são devidamente explicadas, do ponto de vista da candidatura, das participações, quer dos sócios, quer de fundos comunitários, cumprimos um programa, estamos em condições de o operacionalizar com as parcerias que aqui se criaram.

O SENHOR VICE - PRESIDENTE foi autorizado a usar da palavra, dado que foi ele que presidiu à reunião de Câmara. Disse que, quando os Senhores Vereadores do Partido Socialista, depois de conhecer os Estatutos, tomaram esta posição de voto, é necessário esclarecer o seguinte: Esta candidatura tem dois momentos. **1-** Para poder ser formalizada tivemos de fazer um Protocolo entre a Câmara e a ACISAT que foi aprovado por unanimidade na Câmara.

A justificação de os Senhores Vereadores terem votado contra, depois de conhecidos os Estatutos foi: - votaram a favor do Protocolo, através do qual foi possível apresentar a candidatura, que pressupõe a existência de uma Associação, sem a qual não é possível formalizar a referida candidatura. A candidatura está aprovada, mas só é concretizável, com a Associação constituída, sem a qual cai, deixando de existir o financiamento.

2 – Os Senhores Vereadores do Partido Socialista que, num primeiro momento, votaram de forma unânime o Protocolo de criação da Associação, sem a por em causa, depois de conhecerem os Estatutos decidiram votar contra, alegando que o que estava em causa era a remuneração do Gestor do Centro Urbano.

VEREADORA MARIA ALINE DA SILVA FERREIRA CAETANO do PS – pediu autorização para, em representação dos Vereadores responder a algumas críticas



sobre a sua posição, tomada em reunião de Câmara, nesta matéria, e teceu os seguintes comentários:

Apreciam o trabalho do Senhor João Miranda Rua à frente da ACISAT, ao longo dos tempos, muito embora a sua opção alternativa fosse a criação de uma Sociedade de Reabilitação Urbana;

Pela leitura integral da declaração de voto dos Vereadores do PS, reafirmou que a sua posição é concordante com as posições que o PS tem defendido e que a mesma se encontra fundamentada com rigor e responsabilidade política e foi tomada com consciência, com sentido de justiça e dever, de acordo, naturalmente, com as orientações do seu partido.

Disse que o Senhor Vice – Presidente se referiu à Declaração de Voto dos Vereadores do PS, na Câmara, de uma forma leve, sem ser em sentido prejurativo, a qual leu: “ Relativamente ao Centro Histórico, a prioridade não é desta Associação, mas antes a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana. (Do nosso ponto de vista político aqui já está alguma alternativa).

Existe além do mais uma sobreposição entre o objecto desta Associação e os objectivos dos associados, da própria Chaves Viva e da Empresa Municipal.

Não concordamos com o facto do cargo de Gestor ser remunerado, mas é obvio que nem todas as despesas deste projecto vão ser elegíveis e serão suportadas pela Câmara Municipal.

Inicialmente os Vereadores do Partido Socialista viabilizaram a rectificação do Protocolo, celebrado pelo Senhor Presidente da Câmara, não podendo actualmente, após conhecer a Proposta e os Estatutos, deixar de votar contra”.

Terminou dizendo que, no seu entender, a referida Declaração de Voto está devidamente fundamentada.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que não se pode andar na actividade política com radicalismos e apesar de manter as objecções que foram referidas, relativamente aos Estatutos, entendem que a acção da candidatura em si é necessária para o pequeno comércio, razão porque se vão abster na votação desta Proposta. Se não houvesse essas objecções votariam com todo gosto a favor, mas o processo tem de ser visto de outra forma. Da próxima vez que houver questões desta natureza, deverá ser conciliada a situação antes, para não se colocar em causa uma Instituição que está a fazer um bom trabalho e vai continuar a fazê-lo com este programa de apoios financeiros.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 57 votos a favor, 21 abstenções e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Nesta altura foi retomado o **Ponto 2 da Ordem** de trabalhos.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** informou que da reunião entre todos os líderes das bancadas as três “Moções” foram reduzidas a duas, sendo uma subscrita por todos os Grupos Municipais e uma outra subscrita apenas pela CDU.

O **SENHOR DEPUTADO FRANCISCO TAVEIRA** leu a primeira que resultou do consenso de todos os partidos e diz o seguinte:

“ **Moção**

A Assembleia Municipal de Chaves, reunida em 28 de Fevereiro de 2007, saúda os residentes do Concelho de Chaves e as populações do Alto Tâmega, pela gigantesca manifestação realizada no passado dia 21 de Fevereiro de 2007; saúda o elevado espírito cívico e a determinação na defesa do Serviço de Urgências Médico – Cirúrgicas no nosso Hospital.

A Assembleia Municipal reafirma a sua solidariedade com as justas reivindicações das outras populações do Alto Tâmega.



Considerando que a Comissão Técnica de Apoio ao Processo de Requalificação das Urgências, nomeada pelo Senhor Ministro da Saúde, alterou a sua posição inicial antes plasmada no documento designado por “ Proposta de Rede dos Serviços de Urgências – Documento para Audição Pública” em Setembro de 2006, propondo agora a Desqualificação do Serviço de Urgências Médico – Cirúrgicas do Hospital de Chaves no documento designado por “ Proposta de Rede de Urgências – Relatório Final” em Janeiro de 2007.

A Assembleia Municipal de Chaves exorta os Representantes da AMAT que vão reunir com o Senhor Ministro a manterem a firme defesa do Serviço de Urgências Médico – Cirúrgica no Hospital Distrital de Chaves. Apela também à firme defesa de um Serviço de Urgência Básica em Vila Pouca de Aguiar.

Se o Senhor Ministro da Saúde for insensível e autista ao chamamento desta Assembleia, que é afinal o grito de todos os residentes do Alto Tâmega, ou seja, se a Proposta de desqualificação da Urgência do Hospital de Chaves se vier a consumir e com ela a desqualificação do Hospital, estará este Órgão na frente da batalha contra esta discriminação e desconsideração e será solidário com todas as formas de luta que legalmente vierem a ser encetadas.

Chaves, 28 de Fevereiro de 2007.

A Assembleia Municipal”

A Assembleia aceitou a entrada da “Moção” que foi posta à discussão, tendo usado da palavra os seguintes deputados:

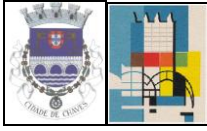
ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – expressou a sua opinião em relação a este assunto, neste momento fundamental e definitivo.

Nesta situação há dois valores em discussão. Há alguém que gere recursos e há populações que são servidas; ambos apresentaram razões de ordem económica, de rentabilização de recursos, de melhoria da qualidade do serviço prestado. Nós apresentamos os nossos argumentos – o medo que não sejamos atendidos atempadamente e que a nossa vida corra perigo. Para além disso – o perdermos algo que já temos. Ninguém aceita de bom grado perder algo que já tem.

Gosto de tomar posições sempre em coerência com aquilo que defendo e, a minha área política, que tem passado anos e anos a fazer o diagnóstico do despovoamento do interior, que estamos cansados de dizer que só há uma forma de travar o seu despovoamento, que é desenvolvendo políticas discriminatoriamente positivas. E essas políticas, obviamente, não respeitam lógicas monetárias, razão pela qual estou cem por cento solidário com a luta de todos nós e sou contrário à acção do Governo sustentado pelo partido que represento. A minha posição não será inócua, porque se, eventualmente, esta decisão for para a frente e nos tirarem aquilo que temos, tomarei atitudes, sendo uma delas o abandono deste Órgão.

ALBERTO GERMANO PIRES LOPES do PSD – disse que estamos perante uma Proposta que todos conhecemos e com a qual antecipadamente concordamos.

Foi muito agradável verificar como se conseguiu, num espaço de tempo tão reduzido, fazer uma mobilização no nosso Concelho e no Alto Tâmega, que mereceu honras de primeira página dos vários meios de comunicação social, não só pela sociedade que se conseguiu mobilizar, mas sobretudo pela maneira ordeira e expressiva como decorreu. Foi das maiores manifestações que vi nesta cidade de Chaves. Felicito o Senhor Presidente da Câmara que esteve à frente desta organização e desta manifestação desde o princípio; a maneira ordeira e firme como se exprimiu, quer no Largo das Freiras, quer depois junto à fronteira de Vila Verde da Raia. Penso que ficou bem expresso junto das autoridades distritais e nacionais que o Alto Tâmega e Chaves concretamente, têm uma palavra a dizer sobre as políticas da Saúde.



O colega que me antecedeu disse uma coisa muito importante e que é verdade, porque de facto estamos em vias de perder aquilo que já temos. A nossa Urgência Médico-cirúrgica existe desde o dia 2 de Julho de 1983, data em que abriu o Hospital, a funcionar dia e noite e seria para nós um pesadelo, passados todos estes anos, perder esse bem para nós tão importante.

Por outro lado penso que a ideia de podemos vir a perder alguma coisa já vem de há longo tempo e muitos de nós, nomeadamente o Senhor Dr. Manuel Cunha, temos vindo a alertar para os vários problemas da Saúde. Mas na verdade, os problemas não existem só na Saúde, existem na Educação e noutras áreas. Dá a impressão que existe uma ideia base em destruir o Alto Tâmega, como entidade e como um aglomerado de concelhos que têm as mesmas aspirações, os mesmos desejos e querem as mesmas coisas. A melhor maneira de o fazer é diminuir ou retirar as suas instituições.

A título de exemplo refiro dois médicos que fizeram o seu internato total no HDC, terminado no ano 92/93 e quando podiam tomar posse como especialistas, nas respectivas especialidades – anestesia e medicina interna – vieram ter comigo e disseram-me textualmente.” Nós gostávamos muito de ficar em Chaves, mas sabemos que o Hospital de Chaves não vai progredir, vai ser diminuído, em contrapartida o de Vila Real vai ser promovido a grande Hospital e em função das nossas aspirações e das nossas carreiras vamos para Vila Real”. Isto significa que a ideia já é antiga e já houve vários Governos do PS e PSD, já passaram algumas Câmaras Municipais em Chaves, mas o ponto importante é a tendência do Distrito em concentrar, favorecer e elevar a sua capital – Vila Real – e para uns descer tem de subir os outros, ou vice-versa.

Em Trás-os-Montes existiam seis Hospitais, que a partir de 1988, foram classificados como empresas, com Conselhos de Administração nomeados e remunerados pela tabela das empresas. Os que tinham mais de 500 camas, eram considerados empresas do Grupo A; de 200 a 500 camas, eram considerados empresas do Grupo B; com menos de 200 camas, eram considerados empresas do grupo C. Desses seis não havia nenhum do Grupo A, havia dois do Grupo B – Vila Real e Chaves – que, em termos de utentes e de produção eram praticamente iguais e quatro do Grupo C – Bragança, Mirandela, Macedo e Peso da Régua, em que os gestores ganhavam menos. O Hospital de Bragança, que sempre teve indicadores inferiores ao nosso, sempre teve Quadros menos preenchidos, ao qual chegámos a emprestar mão-de-obra especializada para socorrer algumas carências, mantém a sua estrutura inalterável, o Hospital de Chaves, que sempre esteve num patamar superior a Bragança, desce para uma urgência básico e Vila Real que era uma Urgência Médico-cirúrgica, numa jogada clara, sobe para Urgência Polivalente.

O Governo nomeou uma Comissão Técnica, que inclui uma geógrafa e que se limitou a agarrar numa régua e num esquadro e se pôs a retalhar o País com linhas às quais atribuiu o tipo de urgências e hospitais que cada zona deve ter. No relatório a Comissão parte a área do Alto Tâmega em duas metades – Montalegre, onde é criada uma Urgência Básica e Chaves. Ora Chaves, que serve uma população de 80 mil pessoas, a Comissão Técnica diz que apenas serve 44 mil, que é a população residente e classifica-o como Hospital Concelhio.

Os problemas do HDC vão manter-se esteja o Governo que estiver. É o caso da UTAD. Andamos há vinte anos a falar na Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro, que o é apenas no papel, porque na prática a UTAD é apenas Vila Real Dizem que se vai investir em Chaves para criar um serviço de cirurgia de ambulatório (cirurgia de ambulatório é aquela cirurgia em que uma pessoa entra de manhã, é operado e sai à tarde), que já se faz em Chaves há muitos anos, oficialmente. Fazem-se as grandes cirurgias porque não se hão-de fazer as pequenas?



O Senhor Ministro veio à televisão dizer que conhece muito bem Chaves, que esteve na inauguração do HDC e que Chaves não vai perder valências. Mas isto não é verdade e os Senhores Presidentes das Câmaras do Alto Tâmega, que vão reunir com ele, não se podem deixar enganar. O Senhor Ministro tem de dizer claramente que não vai criar aqui uma **espécie** de Urgência Médico – Cirúrgica, porque isso, nós não queremos. Nós queremos uma Urgência Médico – Cirúrgica e ponto final. Mas não podemos esquecer-nos que não é só a Urgência e Maternidade que estão em causa. Temos de estar preparados não só para lutar pela Urgência como por outros Serviços que a seguir nos vão querer retirar.

Hoje nas notícias do canal 1 vi o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela - à frente de uma maquete muito bonita - a anunciar um Hospital particular, com x camas, uma maternidade para mil partos por ano para Mirandela. Agora pergunto: se as populações residentes em Vila Real, em de Viseu e outros lugares têm direito ao atendimento em Instituições públicas, quase gratuitas, na saúde, no ensino, e noutras, e pagam os mesmos impostos que nós, porque é que nós temos de ir pagar Serviços prestados por privados que nos ficam muito mais dispendiosos, como é o caso da nossa Escola de Enfermagem que tem vingado à custa dos dinheiros dos nossas Câmaras e dos seus alunos.

Há aqui cidadãos iguais com direitos diferentes e o 25 de Abril não aconteceu para criar desigualdades, mas para dar oportunidades iguais a todos e para desenvolver o interior do País, aproximando-o dos grandes centros e é isso que os políticos apregoam quando aqui se deslocam em campanhas eleitorais. Já hoje aqui se falou na situação dos Concelhos de fronteira e eu, na reunião realizada no Porto, no dia 12 de Maio de 2006, disse-o ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, que se limitou a sorrir.

Se efectivamente queremos os bens, temos de lutar por eles e temos de estar preparados para, com alguns custos, podermos contrariar aqueles que nos querem impor as suas vontades. Há alternativas para podermos sair disto. E não é só o Senhor Ministro da Saúde ou o Governo Central; há outras entidades que, no terreno, mais favorecem estas situações.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que relativamente a esta “Moção” a sua bancada prescindiu de uma série de aspectos, em favor da unanimidade desta Assembleia, mas não prescindiu de um aspecto, que transformou numa outra “Moção” e que será posta à discussão.

A partir do momento que houve anexação, o destino de toda a estrutura de saúde e hospitalar do Distrito está traçada. A CDU alertou isso, de boa fé, até porque estas medidas nos afectam igualmente. É difícil sustentar a defesa da noção de Hospital Distrital com a sua Urgência Médico-Cirúrgica, com os seus Centros de Saúde a drenar para o Hospital, dentro da integração Hospitalar. O que é necessário denunciar publicamente e politicamente é que quem negociou com os autarcas do Alto Tâmega e com a Comissão de defesa do Hospital, a sua anexação, mentiu deliberadamente e de forma planificada, porque sabia, desde o início, que o projecto tinha o efeito dominó – anexação, encerramento da Maternidade, encerramento de Urgência Médico-Cirúrgica, despromoção do Hospital. Foi isso que a Comissão Técnica disse na televisão e foi isso também o que o Senhor Ministro disse. Ninguém está contra a tendência nacional de haver mais cirurgia de ambulatório, mas isso não é contrapartida comercial para o encerramento dos internamentos de agudos, de medicina interna, de cirurgia e de pediatria, que vão todos acabar.

O Senhor deputado Alberto Lopes pensa em 20 anos, mas o horizonte é muito mais curto – 12 ou 24 meses. É essa a questão que está em cima da mesa e é essa a firmeza que se exige. Por isso a integração e a anexação hospitalar nem sequer



foram efectivadas e eu não conheço um caminho que viabilize o HC, a não ser a recusa da anexação e foi por isso que as pessoas se indignaram quando eu disse que a posição da Assembleia Municipal foi vergonhosa (com uma votação de 3 votos a favor, 5 votos contra e 80 abstenções).

Mas essa situação não nos desuniu. Vamos continuar unidos e firmes na defesa de um projecto que é do interesse de todos nós, conscientes que a luta se vai arrastar, mas ao contrário do que estávamos habituados, as decisões agora não são para as calendas. Houve coisas em que este Governo marcou a diferença, em muitos casos para pior, noutros para melhor, porque concretiza e efectiva aquilo que diz. Todos sabemos a dimensão de um hospital como empresa e as consequências que tem, na saúde, as mais importantes de todas, seguramente. E não foi sem razão que os autarcas de Montalegre tiveram de estar ao nosso lado mesmo tendo-lhe sido oferecida, aparentemente, uma promoção do serviço de atendimento, que passou a ser mais estruturado, mas perdem a Urgência Cirúrgica em Chaves. Se tiverem uma apendicite de noite, têm de ir de Montalegre a Vila Real ou a Braga.

Terminou dizendo que a CDU vai votar favoravelmente esta “Moção”.

LUIS GERALDES TEIXEIRA ARAÚJO do PSD – disse que gostou de ver o povo de Chaves e de toda esta região do Alto Tâmega, mobilizado na rua, com força. Dizem que as manifestações não levam a nada, mas esta levou; a unidade é uma coisa muito importante e estou a gostar da unidade que estamos a conseguir mostrar; peço que ninguém tente partidizar esta luta porque não é partidária, a nível local. É uma luta de nós todos, dos nossos descendentes e do futuro da nossa terra. Realço e louvo a posição dos Senhores deputados do Partido Socialista, porque é delicada. Nós, que também já tivemos governos da nossa ideologia política, sabemos quão difícil é, tomar posturas que nos são favoráveis, contra a posição do nosso partido sobretudo, quando exercemos cargos políticos.

Nenhum partido deve fazer intriga política local, porque necessitamos de toda a unidade e da força de todos. O que aqui está em questão é, possivelmente, a maior luta estratégica de Chaves, em muitas décadas, porque numa acção que até agora se vinha adiando, pode, de repente, perder-se tudo.

O Concelho de Chaves tem investimentos estratégicos que também dependem da resolução desta questão, não só da saúde, mas de outros serviços, com seja o Tribunal, a esquadra da PSP, Quartel etc. É o efeito dominó, ao ir um, se calamos, vão todos e em muito pouco tempo. Até agora vivíamos numa dicotomia, com uma direita mais ou menos liberal e pró-liberalista e havia um socialismo mais humanista, que ia travando. Agora entrámos numa era em que parece que é tudo liberalista; do socialismo à Social-democracia, o que interessa é o “carcanhol”, Lisboa está bem e o resto toca a andar. E, perante isto, já não há muito socialista, Social-democrata ou comunista. Há os do interior que se cuidem e os do litoral que hão de viver como sardinhas em lata, com o mar a levar-lhe os alicerces e nós não queremos isso – queremos sim unidade.

RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA da CDU – disse que lhe parece consensual que toda a gente esteja preocupada, porque o caso não é para menos, principalmente depois de ouvir o debate com o Senhor Ministro da Saúde, onde o nosso Presidente da Câmara, além de outros, esteve presente.

Fala-se em acessibilidades, mas não ficou esclarecido se essas acessibilidades são entre Chaves e Vila Real ou se são as inter ou intra concelhias. Fala-se no Hospital de Vila Real, como se, neste momento, já tenha capacidade para absorver os doentes de Chaves, quando a realidade é completamente ao contrário. No ano 2005 o HDC atendeu setenta mil utentes – Vila Real atendeu noventa mil.



No meu entender o debate foi, todo a favor do Senhor Ministro, porque o contraditório praticamente não existiu, estão a fazer a casa pelo telhado, o que nem tem lógica, nem faz sentido.

Uma cidade como Chaves, essencialmente turística e termal, não pode abdicar de um Hospital com uma Urgência Médico-Cirúrgica.

Tudo isto tem um objectivo claro – a destruição do Hospital de Chaves; mas tal como em Mirandela está a surgir um Hospital particular, também em Chaves podem existir entidades privadas, preparadas para isso, o que também nos preocupa. Por isso é importante que estejamos todos unidos. A luta vai ter de endurecer porque o Senhor Ministro foi claro ao dizer que em Chaves ficaria uma Urgência Básica e ponto final. Aqui não há partidos, há seres humanos e ainda há uns dias atrás, estando de serviço, assisti a uma situação em que foi necessário, aplicar um “passe-maker” a uma jovem de 22 anos, logo após o parto, senão tinha morrido. Uma outra jovem vítima de acidente de viação, chegou ao HDC com fractura de baço, que foi operada imediatamente no bloco operatório, para lhe salvar a vida. Estas duas jovens, com uma Urgência básica tinham morrido, certamente, porque os meios de transporte para Vila Real são deficitários.

Também não é compreensível que no Distrito deixe de haver uma Urgência Médico – Cirúrgica – temos duas Básicas e uma Polivalente. Se em Chaves o argumento é que não tem população para essa unidade, então Vila Real também a não tem para a Polivalente e no entanto vai tê-la.

Respondendo ao Senhor deputado Valdemar Carneiro, eu sou Técnico de Radiologia no HDC, mas se tiver de ir trabalhar para a Régua, Lamego ou até emigrar, não tenho qualquer problema. A minha preocupação é a população do Alto Tâmega e estou solidário com todos eles, a quem o Senhor apelidou de “seixos”.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** leu uma segunda “Moção” apresentada pela CDU, que se transcreve:

“Moção

A Assembleia Municipal de Chaves reunida em 28 de Fevereiro de 2007, lamenta profundamente as declarações do Senhor Ministro da Saúde, no dia em que esteve e decorrer a manifestação de 21 de Fevereiro, declarações indignas de um Ministro, de um Governo Democrático.

A Assembleia Municipal condena as injustas acusações aos Autarcas do Alto Tâmega e em especial aos de Chaves. A Assembleia Municipal exige a rectificação destas declarações ofensivas”.

A Assembleia aceitou a entrada desta Moção que foi posta à discussão.

DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – referiu que provavelmente a bancada do Partido Socialista vai entender que esta “Moção” é para dividir e para picar o Senhor Ministro.

No meu entender há momentos em que os órgãos autárquicos não devem permitir que haja Ministros, porque têm os feitios que entendem e ganham determinado estatuto, que tenham estas actuações. Esta é uma “Moção” para marcar uma posição dos autarcas de Chaves e das populações – nós somos autarcas e flavienses ao mesmo tempo. As declarações que o Senhor Ministro fez e não corrigiu, fazem duvidar da sua sanidade mental naquele momento, comparadas com outras feitas nos meios de comunicação social, em que não parece a mesma pessoa a falar; porque se houve Presidente de Câmara, em que nas negociações de todo este processo, teve uma posição, no meu entender correcta de mais, do ponto de vista do



relacionamento, foi o Presidente da Câmara de Chaves. Isso é irrepreensível. Não me parece é que com isso tenha ganho nada, para além do apreço das pessoas, porque em termos de negociação, o tempo está a demonstrar que a eficácia foi zero, o que ainda torna mais injustas e incompreensíveis, as declarações do Senhor Ministro. Efectivamente não houve da parte dos autarcas de Chaves, nem do seu Presidente da Câmara, nem no discurso feito na manifestação, demagogia ou bairrismo, aliás é espantosos o nível de actuação quer das populações, quer da intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

Fiquei tão sentido e tão indignado ao ouvir do Senhor Ministro o conjunto de declarações que proferiu que, por essa razão, não prescindi de apresentar uma “Moção” à parte nem que recolha apenas os três votos da CDU.

DEPUTADO NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – em seu nome pessoal e no do Grupo Municipal do PSD congratulou-se pelo consenso havido, entre os quatro partidos políticos, para a fusão das três “Moções” apresentadas pelo PSD, pelo PS e pela CDU, numa única, o que prova, inequivocamente, que esta Assembleia quer defender os interesses das populações e os nossos interesses legítimos, resultando naquilo que é essencial e não no acessório, relativamente à questão da manutenção e reforço da Urgência Médico-Cirúrgica em Chaves.

Relativamente a esta “Moção” apresentado pela CDU, no meu entender, todos os autarcas do Alto Tâmega e as suas populações ficaram chocados com as declarações proferidas pelo Senhor Ministro ao dizer que era uma orquestração política e de partidos políticos, com autarcas da mesma cor, o que é falso. As reuniões foram feitas, sem que tenham sido convidadas pelo Senhor Presidente da Câmara, no meu entender bem, as comissões políticas de qualquer partido, nem figuras do Partido Social Democrata, precisamente para demonstrar que é uma questão demasiado importante e que não deve ser tratada politicamente.

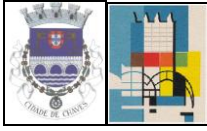
O Senhor deputado Manuel Justino Matos Cunha não vai ter só os três votos da CDU, porque o Partido Social - Democrata vai votar favoravelmente a sua Proposta.

DEPUTADO FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que em questões de ofensas não têm orientações de voto, quem se sentir ofendido, votará em consciência e que, pessoalmente votará contra esta “Moção” porque não se sentiu ofendido.

Que, cada vez que o Senhor Doutor Alberto João Jardim chama cubanos aos do continente, tinha de pedir desculpas, para dar o exemplo. O Senhor deputado Manuel Cunha disse que fomos “vergonhosos” na última reunião da Assembleia e também não pediu desculpas por isso.

“Na actividade política é natural que haja estes desvarios e nós não pomos ninguém em Tribunal. O Senhor Presidente da Câmara e nesse caso era grave, aprovou uma vez em reunião de Câmara, agir contra dois cidadãos que o andavam a difamar, situação que se discutiu neste Fórum, porque em termos políticos não estava correcto, uma vez que era uma Instituição contra cidadãos, e não deu continuidade ao processo. Quem se ofende na política, não vai andar toda a vida, a querer que lhe peçam desculpa, ou a meter pessoas em Tribunal. As declarações do Senhor Ministro foram proferidas, no calor político e, na manifestação, também houve pessoas que disseram palavras menos próprias que, se o Ministro as ouvisse, também haveria de exigir desculpas”.

DEPUTADO JOÃO MARIA DA SILVA PEREIRA do PSD – usou da palavra para lembrar ao Senhor deputado Francisco Chaves de Melo, que no dia 23 de Fevereiro de 2005, proferiu as seguintes palavras, nesta Assembleia e citou:” Os



ataques ao bom-nome de qualquer um dos políticos foi rejeitado pelo voto dos portugueses” fim de citação. Hoje o Senhor deputado mudou de opinião.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 59 votos a favor, 4 votos contra e 11 abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 6. REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DENOMINADA “GESTÃO DE EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CHAVES” – ALTERAÇÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS CONSTITUTIVOS: - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL - ALARGAMENTO DO OBJECTO SOCIAL; MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL CONSTITUTIVO; - ADAPTAÇÃO DOS ESTATUTOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 48º DA LEI N.º 53-F/2006. PROPOSTA N.º13/GAPV/07.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, reconheceu e agradeceu as posições que foram tomadas pela Assembleia, relativamente ao ponto anterior sobre o HDC. Realçou e sublinhou a posição de unanimidade e solidariedade havida neste assunto, que transmitirá aos seus colegas Presidentes de Câmara do Alto Tâmega.

Relativamente ao ponto em discussão informou que não se trata da criação de uma nova Empresa, mas sim a transformação da existente numa Empresa Municipal diferente, alargando o seu objecto social.

O Conselho de Administração da nova Empresa será o mesmo da anterior - Presidente da Câmara, Engenheiro Carlos França e a Senhora Vereadora Maria de Lurdes Campos - não havendo, portanto, para esta nova estrutura, custos adicionais. Aliás nunca ninguém do executivo recebeu qualquer valor pelas actividades que exerce, em representação da Câmara Municipal e não precisávamos que a Lei mudasse para manter esse e outros princípios inalteráveis.

Esta nova reestruturação vai permitir a redução de custos em termos de pessoal e só é feita agora por força da entrada em vigor, no passado dia 1 de Janeiro, do corrente ano, do novo Regime Jurídico do Sector Empresarial Municipal, que obriga as Câmaras Municipais, a fazer esta reestruturação no prazo de dois anos. A Autarquia de Chaves vai fazê-lo já e vai incluir na nova estrutura um Sector que terá por objectivo a reabilitação urbana, como defende o Partido Socialista.

Há quatro razões ponderosas para que esta Proposta mereça a aprovação por parte da Assembleia Municipal: **1** – É uma reestruturação; **2** – Vai permitir redução de custos; **3** – Está de acordo com o que a nova Lei exige; **4** – Vai permitir a inclusão do Sector da Reabilitação Urbana.

Esta nova estrutura vai permitir a inclusão de quatro novos Sectores: 1 - **Sector Termal**, que para além das funções que já tem, vai incluir o Palácio da Água, com as novas Piscinas Municipais cobertas, uma parceria Público-Privada para utilização lúdica da água, e as Termas de Vidago; estas últimas têm hoje a garantia do fornecimento da água por parte da UNICER e o Município de Chaves, através desta estrutura, irá construir, nos próximos tempos, um edifício para Termas. Isto porque o que a UNICER vai investir em Vidago é destinado a uma elite social portuguesa e europeia e é necessário dar uma resposta mais popular que a Câmara vai assumir.

2 - **Sector da Mobilidade Urbana** que inclui os Transportes Públicos (com cerca de quinze mil utentes na cidade); os Parques de Estacionamento; por esta via vai permitir a sua construção através de parcerias Público-Privadas e a Gestão do Estacionamento à Superfície. 3 – **Sector da Reabilitação Urbana**, que só é possível desta forma. 4 - **Sector das Participações da Câmara**, que já existe e inclui as participações na Iberáguas, Chaves Parque, Mercado Abastecedor e Plataforma Logística.

É uma estrutura que vai permitir uma concentração de recursos, mais operacionalidade, mais eficácia e responder de uma forma moderna, àquilo que é o



desenvolvimento do Município. E não tenhamos dúvidas que o que disse anteriormente sobre os Fundos Comunitários é a prova de que o Governo, mal ou bem, concentrou em si a possibilidade de os distribuir como quer. Num novo paradigma os Municípios vão passar de Municípios executores a Municípios gestores - com a diminuição das transferências do Estado e dos Fundos Comunitários – vão ter de sobreviver por si.

Quando aqui se fala em rumo, em objectivos, nós, no Município de Chaves, desde sempre tivemos como objectivo muito claro - o desenvolvimento do Concelho. Esta é uma forma de sustentar a actividade do Município, em termos de futuro e que se enquadra numa gestão com sustentabilidade, abrangendo, por esta via, todos os espaços do seu território.

Terminou solicitando a aprovação deste Proposta.

Para discussão deste ponto usaram da palavra os seguintes deputados:

DEPUTADO ANTÓNIO MANUEL PIRES DE ALMEIDA do PS – após saudar os presentes disse que ao proceder à análise da Proposta em discussão, constatou falta de rigor na apresentação dos documentos, uma vez que ao seu Grupo Municipal não lhe foram entregues dois dos documentos fundamentais para a apreciação deste ponto – o Relatório do Revisor Oficial de Contas e a Acta do Conselho de Administração da Empresa de Gestão de Equipamentos do Município de Chaves.

Na página 7/47, no art. 6º - Capital Social. 1 – O capital social inicial, integralmente realizado..... Diz-se: e uma quota de € 60.000 (seiscentos mil euros) da Iberáguas Lda., valorizada em 30.000,00€ (trinta mil euros). Afinal em que ficamos? São 60 mil ou 600 mil euros? Porquê valorizada em 30 mil euros?

Na página 9/47 – Quando se analisa o Capítulo IV - Art.12º. – Competências do Conselho de Administração, na alínea f) propõe-se: Adquirir, vender ou por qualquer forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis. Perguntou se é isso que a Câmara e a Assembleia pretendem, ao aprovar esta proposta, porque esta é uma forma de dar carta branca e autonomia total ao Conselho de Administração, para, se necessário, vender património. Não seria melhor acrescentar "mediante prévia autorização da Câmara"?

Na página 33/47 – Organograma e Estrutura – fala-se nas Termas de Vidago e coloca-se esta Estância Termal como um empreendimento futuro, que se enquadra no plano estratégico para o desenvolvimento regional e local do Concelho de Chaves.

O Grupo Vidago Melgaço e Pedras Salgadas deixou cair as Termas de Vidago por falta de água mineral para fazer os tratamentos, que é engarrafada na sua totalidade. Como é possível, depois de a Câmara ter autorizado o transvaze da água mineral para Pedras Salgadas, vir dizer que tem garantida água para os tratamentos, os quais têm de ser feitos única e exclusivamente com água termal, conforme as regras legais impõem.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara – Vereador António Cabeleira, numa entrevista recente, publicada num caderno distribuído com o jornal Público, disse que a Câmara iria construir um Balneário Termal em Vidago. Como todos sabemos as águas de Vidago estão concessionadas ao Grupo UNICER que pretende requalificar o Palace Hotel de Vidago, o Campo de Golfe, as construções existentes no Parque, o Parque e construir um SPA termal. A Câmara tem alguma parceria ou acordo estabelecido, com aquele grupo económico privado?

Como é que a Empresa Chaves Fomento poderá aproveitar as potencialidades turísticas de Vidago sem colidir com os interesses da UNICER.

Por último quero perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se estão calculados os ganhos em eficiência com a reestruturação e fusão da quase totalidade das



empresas participadas pelo Município e calculados os riscos na constituição desta mega empresa, que poderá ser o «sorvedouro» de dinheiros municipais. Terminou pedindo ao Senhor Presidente da Câmara o esclarecimento de todas as questões que colocou.

FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO do PS – disse que o Partido Socialista não vê a aprovação destes estatutos, nem esta reestruturação, como um assunto técnico. Isto é um assunto marcadamente político – é uma opção de gestão, uma via de gerir os recursos municipais e de dar resposta aos problemas do fomento municipal, na qual nós não embarcamos, independentemente dos estatutos e da regulamentação. Nós embarcamos mais numa via de fortalecimento interno da Autarquia e de gestão destes processos a partir de dentro e não por este caminho. As Câmaras não são obrigadas a criar empresas de fomento, são opções de gestão e nós estamos contra esta opção política, independentemente do que os documentos dizem e das explicações dadas.

Relativamente aos documentos, os históricos são uma base importante da análise da rentabilidade futura das empresas. Estamos a falar aqui doutra empresa que não a anterior, com outra dimensão, com outra estrutura e com outros meios; na gestão de 2004 a Câmara teve uma dívida a curto prazo de 199.988,00€; em 2005 a Câmara transferiu 300.000,00€, os prejuízos aumentaram para 185.037,00€, e a dívida aumentou também para 422.000,00€. Sendo uma empresa pequena teve uma absorção de dinheiros considerável, agora com uma empresa desta dimensão o bolo terá de ser muito maior e por essa razão não acreditamos nas projecções feitas pelo Instituto Politécnico de Bragança; no nosso entender, esta empresa vai ter que ser remodelada num futuro não muito distante.

Terminou dizendo que o seu partido vai votar contra porque se trata de uma clara opção política da gestão do PSD na Câmara.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu em primeiro lugar ao Senhor deputado **Francisco Chaves de Melo**, dizendo que esta Proposta é, efectivamente, uma opção política e foi tomada por entender que é a melhor opção.

Muitas das dificuldades da Empresa Municipal vêm dos sectores de transportes públicos, das Piscinas Municipais cobertas, dos Pavilhões Gimnodesportivos que, como toda a gente sabe são serviços que não dão lucro. Em contrapartida as Termas e as Piscinas do Rebentão deram lucro.

Nesta altura o sector dos transportes está equilibrado, porque lhe associámos a gestão do estacionamento à superfície e devo dizer aos Senhores deputados que, nesta altura a Empresa Municipal tem as contas equilibradas, conforme poderão verificar nos documentos de prestação de contas, relativos a 2006.

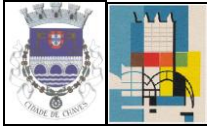
Quando se referiu às contas de 2004, a Empresa só foi criada em Fevereiro e, portanto, não abrangeu o ano todo.

O relatório inicial previa que o equilíbrio das contas da Empresa se efectivasse num período de cinco anos, mas foi feito em apenas três, o que prova que houve uma boa gestão.

O Senhor deputado **António Manuel Pires Almeida** colocou várias questões que passo a esclarecer:

Agradeço a chamada de atenção para a página 7/47, que iremos corrigir em que a quota é, efectivamente de 60 mil euros e não seiscentos mil, como por lapso ali se menciona por extenso.

Sobre a questão que colocou da Iberáguas quando se juntam as respectivas participações, há o valor nominal e o valor real das acções; o que nós fizemos, primeiro, foi juntar os valores nominais do capital social das diversas empresas e



somá-los. O Revisor Oficial de Contas, cujo documento foi distribuído a todos os Grupos Municipais, explica claramente esta situação. Na avaliação das acções, nomeadamente na questão da Iberáguas, em que a Câmara tem 60 mil euros - valor nominal das acções – a avaliação hoje (e esperemos que isso mude) é menor e o resultado final do capital social não é a soma aritmética das participações da Câmara mas sim a valorização feita pelo Revisor Oficial de Contas. Daí resulta que o Capital Social da Empresa seja na realidade menor.

Quando o Senhor deputado refere a alínea f), do art. 12º do Capítulo IV, dizendo que dá carta branca total para vender património, não é bem assim, porque enquanto nós formos Câmara, o seu Presidente será sempre o Presidente do Conselho de Administração da Empresa, que sendo cem por cento municipal está sujeita às regras públicas, e à legislação em vigor.

Sobre as Termas de Vidago, temos com a UNICER a possibilidade de realização de uma parceria, em que a Empresa garante a matéria-prima, que é a água e se o faz é porque tem as condições para isso. A Câmara terá sempre maioria de capital nessa empresa e a UNICER, como sócia, será parte interessada. Esclareço, mais uma vez que quem autorizou a deslocalização da água para ser engarrafada nas Pedras Salgadas, não foi a Câmara Municipal de Chaves, mas sim a Direcção Geral de Energia e se bem se recordam, trouxe, nessa altura a esta Assembleia uma carta daquela Direcção Geral, que considere indelicada, onde dizia que a Autarquia não tinha nada a ver com o assunto. Esse documento está disponível para quem o quiser consultar. Repito mais uma vez – ***não foi a Câmara que autorizou, mas sim uma imposição da Direcção Geral de Energia.***

No Organigrama da Empresa, estão previstas as situações presentes e as que se prevêem vir a realizar e como tem que vir a sancionamento desta Assembleia, entendemos que esta seria a altura mais adequada.

A EHATB não está aqui porque é Inter – Municipal e obrigaria a um acordo entre os seis Municípios, embora em teoria pudesse constar a participação da Câmara de Chaves.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 49 votos a favor, 16 votos contra e zero abstenções. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 8. ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA**, autorizou a Senhor deputada **MARIA INÊS PEREIRA DIAS**, a usar da palavra, uma vez que foi a Secretária de CPCJ de Chaves no mandato que termina, que disse o seguinte:

Na qualidade de secretária da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco de Chaves e em nome da sua Presidente, Dra. Maria de Lurdes Campos, transmito a esta Assembleia que, cessa as suas funções de Presidente e o seu mandato na CPCJ de Chaves, por imperativo legal, que determina que, qualquer membro eleito para a Comissão Alargada, não prolongue por mais de seis anos as suas funções.

Feita uma retrospectiva dos seis anos ao serviço da Comissão, os primeiros dois anos como secretária e os últimos quatro como Presidente, saiu com a consciência absolutamente tranquila pelo trabalho que desenvolveu, que contou com o apoio incondicional de todos aqueles que fizeram parte – quer da Comissão Alargada, quer da Comissão Restrita.

Feito o balanço, a CPCJ de Chaves evidencia qualidade organizativa e funcional, não só pelas estruturas físicas que já detêm (gabinetes de apoio personalizado, apoio logístico, técnico e administrativo), cedido pela Câmara Municipal, seja ainda pelo facto de esta CPCJ ser já uma referência na sociedade civil como ponto de apoio



efectivo a crianças e jovens em perigo, sendo de registar que menores em risco se dirigem de forma espontânea à Comissão a solicitar ajuda para as suas vulnerabilidades.

Nestes quatro anos foram sinalizadas 220 crianças e jovens dos quais 108 foram acompanhadas pela Comissão após obtenção do consentimento dos seus progenitores.

Foram desenvolvidos alguns projectos, nomeadamente: - *Sensibilização dirigida à população geral; sensibilização junto da Comunidade Educativa*, em parceria com a Escola Profissional de Chaves e Pólo da UTAD; *curso de formação "Educação Parental"*; *reagrupamento familiar*, em parceria com a Autarquia; *reuniões informativas nas aldeias mais desfavorecidas do concelho de Chaves*.

As pessoas que desenvolvem actividades nestas instituições, deverão saber que estar numa Comissão é uma missão e obriga a um serviço permanente.

Recordando factos mais dolorosos que motivaram a exposição pública na comunicação social, fica a certeza de que esses momentos também foram muito importantes para o amadurecimento das competências da Comissão e para o aperfeiçoamento do modo de trabalhar e de servir.

Em resumo: - A Comissão hoje tem um espaço próprio, onde o carácter reservado das situações está garantido; uma equipa de trabalho a tempo inteiro com conhecimento e competência; Técnicos que representam as instituições com formação e perfil adequados para este serviço, no sentido de promover os direitos das crianças e jovens que muitas vezes são os mais desprotegidos e excluídos da sociedade.

A CPCJ de Chaves vai ser submetida a uma reorganização breve, pois está em curso a preparação de legislação que se espera venha a resolver as lacunas técnicas e processuais ainda existentes.

Todas as instituições representadas na CPCJ de Chaves, nestes quatro anos, responderam positivamente e terei oportunidade de endereçar os meus agradecimentos pela cooperação sempre e a todo o tempo dispensada.

O **SENHOR PRESIDENTE DA MESA** deu conhecimento da entrada de uma Proposta conjunta, para a eleição da nova Comissão, apresentada pelos partidos com representação na Assembleia – PSD, PS, CDU e CDS/PP que indicaram os seguintes nomes: - **MARIA INÊS PEREIRA DIAS** (Enfermeira); **MANUEL JORGE PIRES FERNANDES** (Engenheiro); **JOÃO VASCO REIS MIRANDE MORAIS** (Médico) e **RUI JORGE DA SILVA OLIVEIRA** (Técnico de Radiologia).

A Assembleia aceitou os nomes propostos e o método de eleição sugerido pela Mesa.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade, por deliberação da Assembleia. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

Esgotados todos os assuntos da ordem de Trabalhos e nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Mesa encerrou a sessão de que, para constar, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim Maria das Graças Alves, que a redigi.

O Presidente da Mesa _____

O 1º. Secretário _____

O 2º. Secretário _____